Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014	8
DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013	9

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	12
Demonstração do Resultado	14
Demonstração do Resultado Abrangente	15
Demonstração do Fluxo de Caixa	16

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014	18
DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013	19

Demonstração do Valor Adicionado	20
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	21
--------------------------	----

Notas Explicativas	35
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	95
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	97
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	98
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	99

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2014
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	295.598
Preferenciais	0
Total	295.598
Em Tesouraria	
Ordinárias	1.796
Preferenciais	0
Total	1.796

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	30/04/2014	Dividendo	30/06/2014	Ordinária		0,19661

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1	Ativo Total	2.030.963	1.856.855
1.01	Ativo Circulante	592.426	717.264
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	176	160
1.01.01.01	Disponibilidades e Valores Equivalentes	176	160
1.01.02	Aplicações Financeiras	580.379	654.505
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	580.379	654.505
1.01.02.01.03	Certificados de Depósitos Bancários - CDB	64.811	100.846
1.01.02.01.04	Debêntures de Instituições Financeiras - CVM	392.882	408.475
1.01.02.01.05	Fundo de Investimento	122.686	145.184
1.01.07	Despesas Antecipadas	764	122
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	11.107	62.477
1.01.08.03	Outros	11.107	62.477
1.01.08.03.01	Partes Relacionadas	1.214	1.074
1.01.08.03.02	Adiantamento a Funcionário/terceiros	20	19
1.01.08.03.03	Dividendos a Receber	0	58.118
1.01.08.03.04	Juros s/ capital próprio	1.275	1.275
1.01.08.03.05	Outros	1.302	1.340
1.01.08.03.06	Impostos e Contribuições	7.296	651
1.02	Ativo Não Circulante	1.438.537	1.139.591
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	7.444	9.238
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	7.444	9.238
1.02.01.09.03	Outros	552	586
1.02.01.09.04	Impostos e Contribuições	4.237	6.483
1.02.01.09.05	Depósitos Judiciais	2.655	2.169
1.02.02	Investimentos	1.430.435	1.127.596
1.02.02.01	Participações Societárias	1.430.435	1.127.596
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	1.430.435	1.127.596
1.02.03	Imobilizado	342	2.356
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	342	2.356
1.02.04	Intangível	316	401
1.02.04.01	Intangíveis	316	401
1.02.04.01.02	Outros Intangíveis	316	401

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2	Passivo Total	2.030.963	1.856.855
2.01	Passivo Circulante	23.584	98.161
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	119	135
2.01.01.01	Obrigações Sociais	44	31
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	75	104
2.01.02	Fornecedores	726	483
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	726	483
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	726	483
2.01.03	Obrigações Fiscais	4.416	2.156
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	4.413	2.152
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	4.387	2.159
2.01.03.01.02	Pis e Cofins a Pagar	26	-7
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	3	4
2.01.03.03.01	Obrigações Fiscais Municipais	3	4
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	12.209	31.246
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	12.209	31.246
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	12.209	31.246
2.01.05	Outras Obrigações	6.114	64.141
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	4.197	4.218
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	4.197	4.218
2.01.05.02	Outros	1.917	59.923
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	113	58.118
2.01.05.02.04	Outros	1.804	1.805
2.02	Passivo Não Circulante	255.416	241.052
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	250.616	235.352
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	250.616	235.352
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	250.616	235.352
2.02.02	Outras Obrigações	4.800	5.700
2.02.02.02	Outros	4.800	5.700
2.02.02.02.03	Adiantamento de Convênio	4.800	5.700
2.03	Patrimônio Líquido	1.751.963	1.517.642
2.03.01	Capital Social Realizado	1.001.201	983.835
2.03.01.01	Capital Social Realizado	1.028.053	1.010.687
2.03.01.02	Gastos com emissão de ações	-26.852	-26.852
2.03.02	Reservas de Capital	126.195	120.981
2.03.02.04	Opções Outorgadas	29.630	24.416
2.03.02.07	Ágio na subscrição de ações	96.565	96.565
2.03.04	Reservas de Lucros	412.826	412.826
2.03.04.01	Reserva Legal	31.498	31.498
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	392.676	392.676
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-11.348	-11.348
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	211.741	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	80.320	199.652	43.542	108.250
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-3.264	-5.476	-1.499	-4.326
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	409	858	439	846
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	83.175	204.270	44.602	111.730
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	80.320	199.652	43.542	108.250
3.06	Resultado Financeiro	6.640	14.717	3.967	5.901
3.06.01	Receitas Financeiras	15.719	31.468	9.943	17.396
3.06.02	Despesas Financeiras	-9.079	-16.751	-5.976	-11.495
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	86.960	214.369	47.509	114.151
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-980	-2.628	-846	-846
3.08.01	Corrente	-980	-2.628	-846	-846
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	85.980	211.741	46.663	113.305
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	85.980	211.741	46.663	113.305
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,00028	0,00071	0,00016	0,00039
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,00028	0,00071	0,00016	0,00038

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
4.01	Lucro Líquido do Período	85.980	211.741	46.663	113.305
4.03	Resultado Abrangente do Período	85.980	211.741	46.663	113.305

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	80.274	-544.232
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	23.289	11.918
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício / Período	214.369	114.151
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	1.087	1.263
6.01.01.03	Valor Residual Baixado do Imobilizado e Intangível	1.012	0
6.01.01.04	Equivalência Patrimonial	-204.270	-111.730
6.01.01.05	Juros s/ Empréstimos e Financiamentos	15.284	11.371
6.01.01.06	Apropriação de Convênios	-900	-900
6.01.01.07	Rendimento sobre Aplicações Financeiras	-3.587	-2.567
6.01.01.08	Amortização dos Custos de Captação	294	330
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	56.985	-556.150
6.01.02.01	Redução (Aumento) em Outros Ativos	37	-617
6.01.02.02	Aumento (Redução) em Fornecedores	243	7
6.01.02.03	Aumento (Redução) em Obrig. Tributárias	-368	138
6.01.02.04	Aumento em Salários e Encargos Sociais	-16	4
6.01.02.05	Aumento (Redução) em Outros Passivos	-1	4
6.01.02.06	Aumento (Redução) Ativo não Circulante	34	-86
6.01.02.07	(Aumento) Redução em Adiantamentos a Funcionários / Terceiros	-1	4
6.01.02.08	(Aumento) Redução de Despesas Antecipadas	-642	508
6.01.02.09	(Aumento) em Depósitos Judiciais	-486	-122
6.01.02.11	(Aumento) de Impostos e Contribuições	-4.399	-404
6.01.02.12	Juros Pagos de Empréstimos	-15.129	-11.255
6.01.02.13	Títulos e Valores Mobiliários Mantidos para Negociação	77.713	-544.331
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-35.398	-32.241
6.02.02	Intangível	0	-20
6.02.03	Investimento em Empresa Controladas	-50.000	-19.240
6.02.04	Adiantamento p/ Futuro Aumento de Capital	-43.355	-39.914
6.02.05	Mútuo com Controladas	-161	933
6.02.06	Dividendos Recebidos	58.118	26.000
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-44.860	576.478
6.03.01	Aumento de Capital	17.366	631.143
6.03.02	Dividendos Distribuídos	-58.005	-26.043
6.03.03	Gastos com Emissão de Ações	0	-23.683
6.03.04	Aumento de Empréstimos e Financiamentos	-4.221	-4.939
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	16	5
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	160	132
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	176	137

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	983.835	109.633	424.174	0	0	1.517.642
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	983.835	109.633	424.174	0	0	1.517.642
5.04	Transações de Capital com os Sócios	17.366	5.214	0	0	0	22.580
5.04.01	Aumentos de Capital	17.366	0	0	0	0	17.366
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	5.214	0	0	0	5.214
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	211.741	0	211.741
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	211.741	0	211.741
5.07	Saldos Finais	1.001.201	114.847	424.174	211.741	0	1.751.963

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	366.500	102.950	237.585	0	0	707.035
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	366.500	102.950	237.585	0	0	707.035
5.04	Transações de Capital com os Sócios	607.460	3.388	0	0	0	610.848
5.04.01	Aumentos de Capital	631.143	0	0	0	0	631.143
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	-23.683	0	0	0	0	-23.683
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	3.388	0	0	0	3.388
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-4.216	0	0	0	-4.216
5.04.08	Opção Recompra Ações	0	4.216	0	0	0	4.216
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	113.305	0	113.305
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	113.305	0	113.305
5.07	Saldos Finais	973.960	106.338	237.585	113.305	0	1.431.188

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-3.175	-1.921
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-3.175	-1.921
7.03	Valor Adicionado Bruto	-3.175	-1.921
7.04	Retenções	-1.380	-1.595
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.380	-1.595
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-4.555	-3.516
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	236.638	130.067
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	204.270	111.730
7.06.02	Receitas Financeiras	31.468	17.396
7.06.03	Outros	900	941
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	232.083	126.551
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	232.083	126.551
7.08.01	Pessoal	720	676
7.08.01.01	Remuneração Direta	719	676
7.08.01.02	Benefícios	1	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.871	1.075
7.08.02.01	Federais	2.871	1.073
7.08.02.03	Municipais	0	2
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	16.751	11.495
7.08.03.01	Juros	16.751	11.495
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	211.741	113.305
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	211.741	113.305

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1	Ativo Total	2.364.019	2.138.651
1.01	Ativo Circulante	1.459.283	1.270.001
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	19.397	7.132
1.01.01.01	Disponibilidades e Valores Equivalentes	19.397	7.132
1.01.02	Aplicações Financeiras	768.034	732.051
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	768.034	732.051
1.01.02.01.03	Certificados de Depósitos Bancários - CDB	152.943	107.692
1.01.02.01.04	Debêntures de Instituições Financeiras	485.156	470.534
1.01.02.01.05	Fundo de Investimento	129.935	153.825
1.01.03	Contas a Receber	423.743	334.632
1.01.07	Despesas Antecipadas	29.230	57.515
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	218.879	138.671
1.01.08.03	Outros	218.879	138.671
1.01.08.03.01	Partes Relacionadas	259	259
1.01.08.03.02	Adiantamento a Funcionários/Terceiros	37.842	33.442
1.01.08.03.03	Outros	30.750	26.319
1.01.08.03.04	Impostos e Contribuições	63.920	30.004
1.01.08.03.05	Contas a Compensar - Sistema FIES	86.108	48.647
1.02	Ativo Não Circulante	904.736	868.650
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	171.836	163.507
1.02.01.06	Tributos Diferidos	16.850	16.999
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	16.850	16.999
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	2.932	2.554
1.02.01.07.01	Despesas Antecipadas	2.932	2.554
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	152.054	143.954
1.02.01.09.03	Depósitos judiciais	115.288	104.058
1.02.01.09.04	Outros	12.503	14.262
1.02.01.09.05	Impostos e Contribuições	24.263	25.634
1.02.02	Investimentos	228	228
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	228	228
1.02.02.02.01	Obras de Arte	228	228
1.02.03	Imobilizado	351.185	335.614
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	319.052	303.310
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado	9.828	12.767
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	22.305	19.537
1.02.04	Intangível	381.487	369.301
1.02.04.01	Intangíveis	381.487	369.301
1.02.04.01.02	Outros intangíveis	151.976	139.266
1.02.04.01.03	Ágio	229.511	230.035

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2	Passivo Total	2.364.019	2.138.651
2.01	Passivo Circulante	271.435	290.109
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	142.589	79.672
2.01.01.01	Obrigações Sociais	20.605	23.184
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	121.984	56.488
2.01.02	Fornecedores	36.833	40.429
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	36.833	40.429
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	36.833	40.429
2.01.03	Obrigações Fiscais	41.423	35.517
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	26.934	22.305
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	24.285	19.667
2.01.03.01.02	Pis e Cofins a Pagar	898	759
2.01.03.01.03	IOF	384	384
2.01.03.01.04	Parcelamento de Tributos	1.367	1.495
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	14.489	13.212
2.01.03.03.01	Obrigações Fiscais Municipais	14.489	13.212
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	16.245	36.692
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	16.245	36.692
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	16.245	36.692
2.01.05	Outras Obrigações	34.345	97.799
2.01.05.02	Outros	34.345	97.799
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	113	58.118
2.01.05.02.04	Mensalidade Antecipadas	6.459	11.090
2.01.05.02.05	Preço de Aquisição a Pagar	21.562	22.206
2.01.05.02.06	Outros	6.211	6.385
2.02	Passivo Não Circulante	340.621	330.900
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	252.758	238.214
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	252.758	238.214
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	252.758	238.214
2.02.02	Outras Obrigações	39.040	41.845
2.02.02.02	Outros	39.040	41.845
2.02.02.02.03	Adiantamento de Convênio	7.697	9.141
2.02.02.02.04	Parcelamento de Tributos	6.516	6.939
2.02.02.02.05	Preço de Aquisição a Pagar	14.401	17.266
2.02.02.02.06	Outros	10.426	8.499
2.02.03	Tributos Diferidos	7.974	8.366
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	7.974	8.366
2.02.04	Provisões	40.849	42.475
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	26.101	28.380
2.02.04.01.05	Provisões Para Contingências	26.101	28.380
2.02.04.02	Outras Provisões	14.748	14.095
2.02.04.02.04	Provisão Para Desmobilização de Ativos	14.748	14.095
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	1.751.963	1.517.642
2.03.01	Capital Social Realizado	1.001.201	983.835
2.03.01.01	Capital Social Realizado	1.028.053	1.010.687
2.03.01.02	Gastos Com Emissão de Ações	-26.852	-26.852

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2.03.02	Reservas de Capital	126.195	120.981
2.03.02.04	Opções Outorgadas	29.630	24.416
2.03.02.07	Àgio na Subscrição de Ações	96.565	96.565
2.03.04	Reservas de Lucros	412.826	412.826
2.03.04.01	Reserva Legal	31.498	31.498
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	392.676	392.676
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-11.348	-11.348
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	211.741	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	589.127	1.127.332	443.561	856.815
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-348.747	-657.465	-270.498	-513.111
3.03	Resultado Bruto	240.380	469.867	173.063	343.704
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-155.935	-275.499	-124.448	-226.065
3.04.01	Despesas com Vendas	-80.745	-129.347	-56.088	-99.030
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-80.060	-154.240	-71.861	-134.040
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	4.870	8.088	3.501	7.005
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	84.445	194.368	48.615	117.639
3.06	Resultado Financeiro	4.839	30.200	326	-1.354
3.06.01	Receitas Financeiras	22.234	62.769	11.737	23.074
3.06.02	Despesas Financeiras	-17.395	-32.569	-11.411	-24.428
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	89.284	224.568	48.941	116.285
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-3.304	-12.827	-2.278	-2.980
3.08.01	Corrente	-6.143	-13.485	413	-2.617
3.08.02	Diferido	2.839	658	-2.691	-363
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	85.980	211.741	46.663	113.305
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	85.980	211.741	46.663	113.305
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	85.980	211.741	46.663	113.305
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,00028	0,00071	0,00016	0,00039
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,00028	0,00071	0,00016	0,00038

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	85.980	211.741	46.663	113.305
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	85.980	211.741	46.663	113.305
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	85.980	211.741	46.663	113.305

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	133.067	-523.445
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	323.590	206.490
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício/Período	224.568	116.285
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	40.818	35.654
6.01.01.03	Amortização dos Custos de Captação	294	330
6.01.01.04	Valor Residual Baixado do Imobilizado e Intangível	7	258
6.01.01.05	Provisão Para Devedores Duvidosos	50.515	41.641
6.01.01.06	Opções Outorgadas	5.214	3.388
6.01.01.07	Rendimentos Sobre Aplicações	-11.773	-5.113
6.01.01.08	Provisão Para Contingências	-2.279	1.999
6.01.01.09	Apropriação de Convênios	-1.444	-1.443
6.01.01.10	Atualização de Compromissos a Pagar	1.719	1.332
6.01.01.11	Juros s/ Empréstimos e Financiamentos	15.284	11.371
6.01.01.12	Atualização da Provisão para Desmobilização	667	788
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-190.523	-729.935
6.01.02.01	(Aumento) em Contas a Receber	-139.626	-106.782
6.01.02.02	(Aumento) em Outros Ativos	-41.892	-12.352
6.01.02.03	(Aumento) Redução Adiantamento a Funcionários/Terceiros	-4.400	-1.507
6.01.02.04	(Aumento) Redução de Despesas Antecipadas	28.285	4.828
6.01.02.05	(Aumento) de Impostos e Contribuições	-32.396	-8.879
6.01.02.06	Aumento (Redução) em Fornecedores	-3.596	-8.411
6.01.02.07	Aumento (Redução) em Obrigações Tributárias	-7.053	-1.840
6.01.02.08	Aumento em Salários e Encargos Sociais	62.917	33.217
6.01.02.09	(Redução) Mensalidades Recebidas Antecipadamente	-4.631	-1.491
6.01.02.10	(Redução) na Provisão para Contingências	0	224
6.01.02.11	Aumento (Redução) em Outros Passivos	1.363	3.130
6.01.02.12	Aumento (Redução) em Parcelamentos de Tributos	-551	-24
6.01.02.13	(Aumento) Redução no Ativo Não Circulante	1.381	-640
6.01.02.14	(Aumento) em Depósitos Judiciais	-11.230	-9.288
6.01.02.15	Juros Pagos em Empréstimos	-15.129	-11.255
6.01.02.16	IRPJ e CSLL Pagos	259	-1.246
6.01.02.17	Provisão com Obrigações Desmobilização de Ativos	-14	0
6.01.02.18	Titulos e Valores Mobiliários Mantidos para Negociação	-24.210	-607.619
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-73.810	-62.914
6.02.02	Imobilizado	-41.886	-22.473
6.02.03	Intangível	-26.696	-19.104
6.02.04	Preço de Aquisição a Pagar	-5.228	-5.527
6.02.05	Aquisição de Controladas	0	-15.810
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-46.992	575.065
6.03.01	Aumento de Capital	17.366	631.143
6.03.02	Gastos com Emissão de Ações	0	-23.683
6.03.03	Dividendos Distribuídos	-58.005	-26.043
6.03.04	Pagamento de Empréstimos e Financiamentos	-6.353	-6.352
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	12.265	-11.294
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	7.132	18.132

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	19.397	6.838

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	983.835	109.633	424.174	0	0	1.517.642	0	1.517.642
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	983.835	109.633	424.174	0	0	1.517.642	0	1.517.642
5.04	Transações de Capital com os Sócios	17.366	5.214	0	0	0	22.580	0	22.580
5.04.01	Aumentos de Capital	17.366	0	0	0	0	17.366	0	17.366
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	5.214	0	0	0	5.214	0	5.214
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	211.741	0	211.741	0	211.741
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	211.741	0	211.741	0	211.741
5.07	Saldos Finais	1.001.201	114.847	424.174	211.741	0	1.751.963	0	1.751.963

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	366.500	102.950	237.585	0	0	707.035	0	707.035
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	366.500	102.950	237.585	0	0	707.035	0	707.035
5.04	Transações de Capital com os Sócios	607.460	3.388	0	0	0	610.848	0	610.848
5.04.01	Aumentos de Capital	631.143	0	0	0	0	631.143	0	631.143
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	-23.683	0	0	0	0	-23.683	0	-23.683
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	3.388	0	0	0	3.388	0	3.388
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-4.216	0	0	0	-4.216	0	-4.216
5.04.08	Opção Recompra Ações	0	4.216	0	0	0	4.216	0	4.216
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	113.305	0	113.305	0	113.305
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	113.305	0	113.305	0	113.305
5.07	Saldos Finais	973.960	106.338	237.585	113.305	0	1.431.188	0	1.431.188

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
7.01	Receitas	1.121.403	847.279
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.166.411	885.882
7.01.02	Outras Receitas	5.507	3.031
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-50.515	-41.634
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-210.256	-163.735
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-212.535	-161.736
7.02.04	Outros	2.279	-1.999
7.03	Valor Adicionado Bruto	911.147	683.544
7.04	Retenções	-41.112	-35.984
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-41.112	-35.984
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	870.035	647.560
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	70.899	30.079
7.06.02	Receitas Financeiras	62.769	23.074
7.06.03	Outros	8.130	7.005
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	940.934	677.639
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	940.934	677.639
7.08.01	Pessoal	471.093	359.670
7.08.01.01	Remuneração Direta	429.357	326.472
7.08.01.02	Benefícios	12.802	10.234
7.08.01.03	F.G.T.S.	28.934	22.964
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	146.554	115.181
7.08.02.01	Federais	97.379	75.685
7.08.02.02	Estaduais	1	1
7.08.02.03	Municipais	49.174	39.495
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	111.546	89.483
7.08.03.01	Juros	32.569	23.336
7.08.03.02	Aluguéis	78.977	66.147
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	211.741	113.305
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	211.741	113.305

Comentário do Desempenho

Comentário do Desempenho

Senhores Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Estácio Participações S.A. (“Estácio” ou “Companhia”) apresenta o Comentário do Desempenho referente ao período de 01 de maio de 2014 a 30 de junho de 2014 ou segundo trimestre de 2014 (2T14).

Base de Alunos

A Estácio encerrou o 2T14 com uma base de alunos de 383,0 mil (22,2% acima do registrado no 2T13), dos quais 303,6 mil matriculados nos cursos presenciais e 79,4 mil nos cursos de ensino a distância. Vale lembrar que, após o fechamento do 2T14, ainda vamos incorporar em nossa base os alunos de duas importantes aquisições concluídas em julho: a UniSEB, com sede em Ribeirão Preto/SP, e a IESAM, de Belém/PA.

É importante destacar também o crescimento expressivo da Pós-Graduação, que encerrou o 2T14 com 35,5 mil alunos (nas modalidades presencial e EAD), um crescimento de 72,3% em relação ao 2T13. Tal crescimento é resultante das novas iniciativas de gestão e reestruturação coordenadas pela Diretoria de Educação Continuada, aumentando a capacidade da nossa rede de parceiros, que trouxe cerca de 8,6 mil alunos de pós-graduação para a nossa base de alunos, sendo 3,3 mil alunos presenciais e 5,3 mil alunos EAD.

Tabela 1 – Base de Alunos Total*

Em mil	2T13	2T14	Var.
Presencial	254,6	302,7	18,9%
Graduação	238,8	280,0	17,2%
Pós-graduação	15,8	22,7	43,7%
EAD	58,8	79,4	35,0%
Graduação	54,0	66,6	23,3%
Pós-graduação	4,8	12,8	166,7%
Base de Alunos same shops	313,4	382,1	21,9%
Aquisições nos últimos 12 meses	-	0,9	N.A.
Base de Alunos Total - Final	313,4	383,0	22,2%
Número de Campi	77	80	3,9%
Alunos Presenciais por Campus	3.307	3.784	14,4%
Número de Pólos	52	52	0,0%
Alunos EAD por Pólo	1.131	1.527	35,0%

Nota: Aquisições dos últimos 12 meses referem-se apenas aos alunos da ASSESC.

(*) Informações não revisadas pelos auditores

Ao final de junho, a base de alunos de graduação presencial da Estácio totalizava 280,9 mil alunos, 17,6% a mais do que no mesmo período do ano anterior. No conceito same shops, desconsiderando os cerca de 0,9 mil alunos da ASSESC, que foi adquirida nos últimos 12 meses, o crescimento ficou no mesmo patamar, alcançando 17,2%.

Nossa taxa de evasão, entretanto, subiu de 7,3% para 8,3%. Se por um lado isso pode ser explicado pela crescente participação de alunos mais novos no mix total (alunos mais novos apresentam maior tendência à evasão), esse aumento também indica que não temos colocado o devido foco nesse indicador tão importante, deixando para dedicar mais atenção para o que acontece no final de cada período. Por isso, acreditamos que temos aqui uma grande oportunidade de melhoria interna, visto que, além de aumentar a nossa receita, uma redução nos indicadores de evasão nos permitirá formar mais alunos no futuro, o que está em linha com a nossa missão. Nesse contexto, nossas equipes começaram a dedicar muita atenção para esse tema a partir do primeiro semestre desse ano, de modo que esperamos poder mostrar evolução nos próximos ciclos da Estácio.

Comentário do Desempenho

Tabela 2 – Movimentação da Base de Alunos Presenciais (graduação)*

Em mil	2T13	2T14	Var.
Saldo Inicial de Alunos	253,9	302,8	19,3%
(+/-) Aquisições nos últimos 12 meses (até 1T)	3,6	2,7	-25,0%
Base Renovável	257,5	305,5	18,6%
(-) Evasão	(18,7)	(25,5)	36,4%
Base de Alunos same shops	238,8	280,0	17,2%
(+) Aquisições nos últimos 12 meses (até 2T)	-	0,9	N.A.
Saldo Final de Alunos	238,8	280,9	17,6%

(*) Informações não revisadas pelos auditores

A base de alunos de graduação EAD cresceu 23,3% sobre o mesmo período do ano anterior para um total de 66,6 mil alunos. A captação de novos alunos no 2T14 trouxe 7,6 mil novos para base de ensino a distância, um crescimento de 10,1% em relação ao mesmo período do ano passado.

Devemos destacar a melhora de 1,2 p.p. na taxa de renovação do segmento EAD, que atingiu 81,7%. Essa melhora vem bastante em linha com nossas expectativas, em consequência do processo natural de maturação da base, além da evolução nas práticas gerenciais de gestão da evasão no segmento a distância, as quais seguem em estágio mais avançado do que no segmento presencial.

Tabela 3 – Movimentação da Base de Alunos EAD (graduação)*

Em mil	2T13	2T14	Var.
Saldo Inicial de Alunos	59,4	73,0	22,9%
(-) Formandos	(0,9)	(0,8)	-11,1%
Base Renovável	58,5	72,2	23,4%
(+) Captação	6,9	7,6	10,1%
(-) Não Renovados/evasão	(11,4)	(13,2)	15,8%
Saldo Final de Alunos	54,0	66,6	23,3%

Pronatec

No 2T14, começamos a oferecer cursos técnicos por meio do Pronatec, modalidade Bolsa-Formação, que oferece aos alunos bolsas de estudo custeadas pelo Governo. Ofertamos estes cursos técnicos em 23 unidades no estado do Rio de Janeiro, para os 24 mil alunos matriculados nas vagas referentes ao primeiro Edital de 2014. Registramos até o final do período uma evasão de cerca de 37%, de modo que a base de alunos geradora de receita ao final do trimestre ficou em 15,2 mil alunos. Importante notar que este número não está incluído no saldo total de alunos de ensino superior detalhado na seção “Base de Alunos”.

No 2T14, os cursos do Pronatec geraram uma receita bruta de R\$9,8 milhões e uma receita líquida de R\$7,1 milhões. Apenas os alunos de 7 unidades tiveram as receitas contabilizadas em maio, pois suas aulas iniciaram em 28/04/2014. A receita do restante dos alunos, que tiveram suas aulas iniciadas a partir de maio, foi contabilizada a partir de junho. Dessa forma, o ticket médio, calculado pela receita líquida registrada no mês de junho (R\$5,37 milhões) e pela base de 15,2 mil alunos, foi de cerca de R\$353.

Veja no final do texto, no item “Principais Fatos Marcantes”, mais informações sobre o resultado do 2º Edital do Pronatec em 2014.

Receita Operacional

A receita operacional líquida totalizou R\$589,1 milhões no 2T14, um aumento de 32,8%, em função do crescimento de 22,2% na base de alunos, da variação positiva do ticket médio presencial, assim como do início da oferta do Pronatec, que teve uma receita bruta de R\$9,8 milhões registrada no 2T14, ou cerca de 1% da receita bruta total da Estácio.

Comentário do Desempenho

Tabela 4 – Composição da Receita Operacional

Em R\$ milhões	2T13	2T14	Variação	1S13	1S14	Variação
Receita Operacional Bruta	615,0	822,2	33,7%	1.228,8	1.615,9	31,5%
Mensalidades	608,4	805,6	32,4%	1.215,8	1.591,8	30,9%
Pronatec	-	9,8	N.A.	-	9,8	N.A.
Outras	6,6	6,8	3,0%	12,9	14,3	10,9%
Deduções da Receita Bruta	(171,4)	(233,1)	36,0%	(372,0)	(488,6)	31,3%
Descontos e Bolsas	(149,9)	(194,0)	29,4%	(330,5)	(417,8)	26,4%
Impostos	(18,0)	(25,1)	39,4%	(36,4)	(46,5)	27,7%
FGEDUC	(3,6)	(14,0)	288,9%	(5,2)	(24,3)	367,3%
% Descontos e Bolsas/ Receita Operacional Bruta	24,4%	23,6%	-0,8 p.p.	26,9%	25,9%	-1,0 p.p.
Receita Operacional Líquida	443,6	589,1	32,8%	856,8	1.127,3	31,6%

Para os cálculos do ticket médio apresentados a seguir, tanto do presencial quanto do EAD, não incluímos nem os alunos nem a receita dos alunos de pós-graduação do Grupo Phorte, visto que o ticket médio do repasse para a Estácio é muito mais baixo do que o da pós-graduação regular, o que acabaria distorcendo o comparativo.

No 2T14, o **ticket médio presencial** cresceu 11,8%, em linha com o aumento verificado no 1T14, e acima da inflação prevista para o ano, refletindo nossa capacidade contínua de repassar preços de modo sustentável. Novamente, pelas mesmas razões descritas no trimestre anterior, o aumento é justificado pela nossa política de reposicionamento de preços em algumas praças específicas, bem como por um efeito mix que, entre outros fatores, decorre da escolha que os alunos do FIES vem fazendo por cursos de maior valor agregado, notoriamente nas áreas de Engenharia e Saúde.

Tabela 5 – Cálculo do Ticket Médio Mensal no 2T14 – Presencial

Em mil	2T13	2T14	Var.
Base de Alunos de Graduação Presencial	238,8	280,9	17,6%
(+) Base de Alunos de Pós-Graduação Presencial	15,8	19,4	22,8%
(=) Base de Alunos Presencial Geradora de Receita	254,6	300,3	17,9%
Receita Bruta Presencial (R\$ milhões)	560,0	750,1	33,9%
Deduções Presencial (R\$ milhões)	(153,0)	(213,3)	39,4%
Receita Líquida Presencial (R\$ milhões)	407,1	536,8	31,9%
Ticket Médio Presencial (R\$)	533,0	595,9	11,8%

Nota: O cálculo do ticket médio não considera receitas e deduções da Academia do Concurso e do Pronatec.

O **ticket médio EAD** apresentou redução de 2,3%, bastante em função do crescimento orgânico significativo da base de alunos de pós-graduação (aumento de 56%). Além disso, tivemos os efeitos recorrentes que já vínhamos comentando há alguns trimestres: nossa política de reposicionamento de preço dos cursos a distância em algumas praças, a fim de adequar nossos valores às realidades de cada local, além do aumento da base de alunos cursando o “EAD Mais” (opção que dilui a matriz curricular do curso e, consequentemente, o valor ao longo de mais dois semestres).

Tabela 6 – Cálculo do Ticket Médio Mensal no 2T14 – EAD

Em mil	2T13	2T14	Var.
Base de Alunos de Graduação EAD	54,0	66,6	23,3%
(+) Base de Alunos de Pós-Graduação EAD	4,8	7,5	56,3%
(=) Base de Alunos EAD Geradora de Receita	58,8	74,1	26,0%
Receita Bruta EAD (R\$ milhões)	53,3	60,1	12,8%
Deduções EAD (R\$ milhões)	(18,2)	(16,9)	-7,1%
Receita Líquida EAD (R\$ milhões)	35,1	43,2	23,1%
Ticket Médio EAD (R\$)	199,0	194,4	-2,3%

Comentário do Desempenho

Custo dos Serviços Prestados

No 2T14, o **custo caixa como percentual da receita líquida** apresentou melhora de 1,5 p.p. em relação ao registrado no 2T13, basicamente como resultado dos ganhos:

- (i) de 1,1 p.p. em “Aluguéis”, em função dos ganhos de diluição que buscamos obter nessa rubrica e em linha com uma base de imóveis mais comparável do que a apresentada no 1T14, quando não fomos tão eficientes nessa conta;
- (ii) de 0,6 p.p. na linha de “Serviços de Terceiros”, efeito da desterceirização dos serviços de segurança e vigilância, com contrapartida na linha de “Pessoal e encargos”.

O ganho de 0,2 p.p. em “Pessoal e encargos”, abaixo do que apresentamos nos últimos anos, pode ser explicado por:

- (i) o pagamento de R\$8,0 milhões em bônus no 2T14, acima do montante pago no 2T13, a docentes, pessoal de apoio e gestão das unidades por atingimento de metas. Importante notar que em 2014 ampliamos a base de elegíveis a bônus de 20% para 25% dos nossos docentes;
- (ii) os custos com pessoal do Pronatec, que começaram a ser contabilizados a partir de maio/2014, e representaram um montante de R\$3,3 milhões no 2T14, que não existia no 2T13, ao mesmo tempo em que ainda não reconhecemos 100% da receita referente ao período, conforme explicado anteriormente;
- (iii) a continuidade do efeito da desterceirização dos serviços de segurança e vigilância, que representaram um montante de R\$0,7 milhão no 2T14 e que não existia no 2T13, sobrecarregando a conta de “Pessoal e encargos”, com contrapartida na linha de “Serviços de Terceiros”.

Tabela 7 – Composição dos Custos dos Serviços Prestados

Em R\$ milhões	2T13	2T14	Variação	1S13	1S14	Variação
Custos Caixa dos Serviços Prestados	(258,6)	(333,6)	29,0%	(489,6)	(629,4)	28,6%
Pessoal	(191,4)	(254,9)	33,2%	(370,8)	(486,9)	31,3%
Pessoal e encargos	(160,2)	(211,5)	32,0%	(307,9)	(402,9)	30,9%
INSS	(31,2)	(43,4)	39,1%	(62,9)	(84,1)	33,7%
Aluguéis, condomínio e IPTU	(35,0)	(39,9)	14,0%	(65,5)	(83,1)	26,9%
Material didático	(15,8)	(21,4)	35,4%	(22,9)	(28,0)	22,3%
Serviços de terceiros e outros	(16,4)	(17,4)	6,1%	(30,4)	(31,4)	3,3%

Tabela 8 – Análise Vertical dos Custos dos Serviços Prestados

%em relação à receita operacional líquida	2T13	2T14	Variação	1S13	1S14	Variação
Custos Caixa dos Serviços Prestados	-58,2%	-56,7%	1,5 p.p.	-57,1%	-55,8%	1,3 p.p.
Pessoal	-43,1%	-43,3%	-0,2 p.p.	-43,3%	-43,2%	0,1 p.p.
Pessoal e encargos	-36,1%	-35,9%	0,2 p.p.	-35,9%	-35,7%	0,2 p.p.
INSS	-7,0%	-7,4%	-0,4 p.p.	-7,4%	-7,5%	-0,1 p.p.
Aluguéis, condomínio e IPTU	-7,9%	-6,8%	1,1 p.p.	-7,6%	-7,4%	0,2 p.p.
Material didático	-3,6%	-3,6%	0,0 p.p.	-2,7%	-2,5%	0,2 p.p.
Serviços de terceiros e outros	-3,6%	-3,0%	0,6 p.p.	-3,5%	-2,8%	0,7 p.p.

Comentário do Desempenho

Tabela 9 – Reconciliação do Custo

Em R\$ milhões	2T13	2T14	Variação	1S13	1S14	Variação
Custos Caixa dos Serviços Prestados	(258,6)	(333,6)	29,0%	(489,6)	(629,4)	28,6%
(+) Depreciação	(11,9)	(15,2)	27,7%	(23,5)	(28,1)	19,6%
Custos dos Serviços Prestados	(270,5)	(348,7)	28,9%	(513,1)	(657,5)	28,1%

Lucro Bruto

Tabela 10 – Demonstração do Lucro Bruto

Em R\$ milhões	2T13	2T14	Variação	1S13	1S14	Variação
Receita operacional líquida	443,6	589,1	32,8%	856,8	1.127,3	31,6%
Custos dos serviços prestados	(270,5)	(348,7)	28,9%	(513,1)	(657,5)	28,1%
Lucro Bruto	173,1	240,4	38,9%	343,7	469,9	36,7%
(-) Depreciação	11,9	15,2	27,7%	23,5	28,1	19,6%
Lucro Bruto Caixa	185,0	255,6	38,2%	367,2	498,0	35,6%
Margem Bruta Caixa	41,7%	43,4%	1,7 p.p.	42,9%	44,2%	1,3 p.p.

Despesas Comerciais, Gerais e Administrativas

No 2T14, a linha de **despesas comerciais** representou 13,7% da receita líquida, apresentando uma perda de 1,1 p.p, em razão de uma piora de 1,5 p.p. na linha de “Publicidade”, em função da antecipação de algumas campanhas para que não coincidisse com o período da Copa do Mundo. Essa perda mais do que compensou o ganho de 0,4 p.p. na linha de PDD, refletindo uma melhora orgânica nessa linha e o aumento da penetração do FIES na base de alunos. Vale ressaltar que decidimos adotar uma nova estratégia nesse ano e não vender a carteira de recebíveis vencidos há mais de 360 dias, de modo que a melhora real é ainda melhor do que a apresentada, uma vez que a linha de PDD fora beneficiada por esse procedimento no 2T13.

Observamos que, desde o 4T13, voltamos a apresentar a linha de “Provisionamento FIES” consolidada na PDD, em função tanto da perda de representatividade da primeira com o aumento orgânico da base FGEDUC ao longo de 2013 quanto, principalmente, das mudanças nas regras de contribuição para o FGEDUC anunciadas pelo FNDE no início deste ano. A partir de fevereiro, o risco é coberto pelo FGEDUC inclusive para contratos com fiador (nas proporções entre governo e mantenedoras já conhecidas) sendo que, em contrapartida, fazemos a contribuição de 5,63% também para os novos alunos com fiador, o que vem levando ao aumento no nível de deduções da receita referentes ao FGEDUC.

Ao final do 2T14, a distribuição de alunos FIES era de 88% com FGEDUC e 12% com fiador. Mais detalhes sobre como fazemos o provisionamento para os alunos que utilizam o financiamento podem ser encontrados no “Anexo I”, ao final desse release (pág. 26).

No 2T14, as **despesas gerais e administrativas** representaram 11,7% da receita líquida, uma melhora de 2,3 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior. Tal evolução veio em função dos ganhos de 1,7 p.p. em “Pessoal”, assim como de uma reversão na linha de “Provisões para Contingências”. Essa reversão aconteceu em função de um processo trabalhista, que encontra-se em fase de execução, cujo valor foi atualizado e, com a reavaliação do processo, houve uma reversão de R\$2,8 milhões na provisão.

Comentário do Desempenho

Tabela 11 – Composição das Despesas Comerciais Gerais e Administrativas

Em R\$ milhões	2T13	2T14	Variação	1S13	1S14	Variação
Despesas Comerciais, Gerais e Administrativas Caixa	(118,4)	(149,4)	26,2%	(213,5)	(262,4)	22,9%
Despesas Comerciais	(56,1)	(80,7)	43,9%	(99,0)	(129,3)	30,6%
PDD	(29,0)	(36,0)	24,1%	(44,8)	(52,4)	17,0%
Publicidade	(27,1)	(44,7)	64,9%	(54,2)	(76,9)	41,9%
Despesas Gerais e Administrativas	(62,3)	(68,7)	10,3%	(114,5)	(133,1)	16,2%
Pessoal	(33,6)	(34,0)	1,2%	(59,0)	(65,3)	10,7%
Pessoal e encargos	(29,7)	(29,6)	-0,3%	(51,8)	(57,0)	10,0%
INSS	(3,9)	(4,4)	12,8%	(7,2)	(8,3)	15,3%
Outros	(28,7)	(34,8)	21,3%	(55,5)	(67,8)	22,2%
Serviços de terceiros	(11,5)	(14,2)	23,5%	(24,3)	(29,4)	21,0%
Aluguéis de máquinas e arrendamento mercantil	(0,1)	(0,6)	500,0%	(0,6)	(1,0)	66,7%
Material de consumo	(0,5)	(0,6)	20,0%	(0,9)	(1,0)	11,1%
Provisão para contingências	(1,7)	2,2	N.A.	(2,0)	2,3	-215,0%
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	3,5	4,9	40,0%	7,0	8,1	15,7%
Outras	(18,4)	(26,5)	44,0%	(34,6)	(46,7)	35,0%
Depreciação	(6,1)	(6,4)	4,9%	(12,5)	(13,0)	4,0%

Tabela 12 – Análise Vertical das Despesas Comerciais Gerais e Administrativas

%em relação à receita operacional líquida	2T13	2T14	Variação	1S13	1S14	Variação
Despesas Comerciais, Gerais e Administrativas Caixa	-26,7%	-25,4%	1,3 p.p.	-24,9%	-23,3%	1,6 p.p.
Despesas Comerciais	-12,6%	-13,7%	-1,1 p.p.	-11,6%	-11,5%	0,1 p.p.
PDD	-6,5%	-6,1%	0,4 p.p.	-5,2%	-4,6%	0,6 p.p.
Publicidade	-6,1%	-7,6%	-1,5 p.p.	-6,3%	-6,8%	-0,5 p.p.
Despesas Gerais e Administrativas	-14,0%	-11,7%	2,3 p.p.	-13,4%	-11,8%	1,6 p.p.
Pessoal	-7,6%	-5,8%	1,8 p.p.	-6,9%	-5,8%	1,1 p.p.
Pessoal e encargos	-6,7%	-5,0%	1,7 p.p.	-6,0%	-5,1%	0,9 p.p.
INSS	-0,9%	-0,8%	0,1 p.p.	-0,9%	-0,7%	0,2 p.p.
Outros	-6,4%	-5,9%	0,5 p.p.	-6,5%	-6,0%	0,5 p.p.
Serviços de terceiros	-2,6%	-2,4%	0,2 p.p.	-2,8%	-2,6%	0,2 p.p.
Aluguéis de máquinas e arrendamento mercantil	0,0%	-0,1%	-0,1 p.p.	-0,1%	-0,1%	0,0 p.p.
Material de consumo	-0,1%	-0,1%	0,0 p.p.	-0,1%	-0,1%	0,0 p.p.
Provisão para contingências	-0,4%	0,4%	0,8 p.p.	-0,2%	0,2%	0,4 p.p.
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	0,8%	0,8%	0,0 p.p.	0,8%	0,7%	-0,1 p.p.
Outras	-4,1%	-4,5%	-0,4 p.p.	-4,0%	-4,1%	-0,1 p.p.
Depreciação	-1,4%	-1,1%	0,3 p.p.	-1,5%	-1,2%	0,3 p.p.

EBITDA

No 2T14, nosso **EBITDA** alcançou R\$106,0 milhões, um aumento de 59,2%, para uma **margem EBITDA** de 18,0%, 3,0 p.p. acima do registrado no 2T13, em função sobretudo ao ganhos de eficiência que obtivemos nas linhas de custos e despesas gerais e administrativas. Mantivemos o mesmo ritmo de ganho de margem que observamos no primeiro trimestre, encaminhando mais um ano de crescimento sustentável e sem sobressaltos, em linha com nossas expectativas e nossa estratégia de longo prazo.

Tabela 13 – Demonstração do Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (EBITDA)

Em R\$ milhões	2T13	2T14	Variação	1S13	1S14	Variação
Receita Operacional Líquida	443,6	589,1	32,8%	856,8	1.127,3	31,6%
(-) Custos Caixa dos Serviços Prestados	(258,6)	(333,6)	29,0%	(489,6)	(629,4)	28,6%
(-) Despesas Comerciais, Gerais e Administrativas	(118,4)	(149,4)	26,2%	(213,5)	(262,4)	22,9%
EBITDA	66,6	106,0	59,2%	153,6	235,5	53,3%
<i>Margem EBITDA</i>	<i>15,0%</i>	<i>18,0%</i>	<i>3,0 p.p.</i>	<i>17,9%</i>	<i>20,9%</i>	<i>3,0 p.p.</i>

Comentário do Desempenho

No conceito *same shops*, excluindo as aquisições realizadas nos últimos doze meses (apenas a ASSESC), o EBITDA do 2T14 ficou no mesmo patamar, somando R\$105,9 milhões, um aumento de 59,0%, para uma margem EBITDA de 18,0%.

Tabela 14 – Demonstração do Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (EBITDA) – *Same shops*

Em R\$ milhões	2T13	2T14 ex-aquisições	Variação
Receita Operacional Líquida	443,6	587,5	32,4%
(-) Custos Caixa dos Serviços Prestados	(258,6)	(332,0)	28,4%
(-) Despesas Comerciais, Gerais e Administrativas	(118,4)	(149,6)	26,4%
EBITDA	66,6	105,9	59,0%
Margem EBITDA	15,0%	18,0%	3,0 p.p.

Empresas Adquiridas

Apresentamos a seguir um quadro com o resultado do trimestre da empresa adquirida nos últimos doze meses (ASSESC). Esse detalhamento será mantido até 12 meses após a data de cada aquisição para possibilitar o devido acompanhamento do desempenho da Companhia no conceito *same shops*. As aquisições realizadas há mais de 12 meses já estão consolidadas em nosso resultado. Nos trimestres subsequentes passaremos a detalhar os números das empresas cujas aquisições foram concluídas em julho (UniSEB e IESAM).

Tabela 15 – Principais Indicadores da Empresa Adquirida para o 2T14

Em R\$ milhões	ASSESC
Receita Líquida	1,6
Lucro Bruto	0,0
Margem Bruta	0,0%
EBITDA	0,1
Margem EBITDA	6,3%
Lucro Líquido	0,1
Margem Líquida	6,3%

Resultado Financeiro

Tabela 16 – Detalhamento do Resultado Financeiro

Em R\$ milhões	2T13	2T14	Variação	1S13	1S14	Variação
Receitas Financeiras	11,8	22,3	89,0%	23,1	62,8	171,9%
Multas e juros recebidos por atraso	0,2	2,2	1000,0%	3,2	7,0	118,8%
Rendimentos de aplicações financeiras	11,4	19,8	73,9%	19,6	38,6	96,9%
Outras	0,2	0,3	23,0%	0,3	17,2	5633,3%
Despesas Financeiras	(11,4)	(17,4)	52,6%	(24,4)	(32,6)	33,6%
Despesas bancárias	(1,7)	(3,5)	105,9%	(3,4)	(5,3)	55,9%
Juros e encargos financeiros	(6,5)	(8,5)	30,8%	(12,6)	(17,0)	34,9%
Descontos financeiros	(0,9)	(3,4)	291,7%	(4,7)	(5,9)	25,5%
Outras	(2,4)	(2,0)	-17,0%	(3,8)	(4,4)	15,8%
Resultado Financeiro	0,3	4,9	1533,3%	(1,3)	30,2	N.A.

No 2T14, o resultado financeiro foi positivo em R\$4,9 milhões, uma melhora de R\$4,6 milhões em relação ao 2T13, basicamente em função dos maiores rendimentos de aplicações financeiros (R\$8,4 acima do registrado no 2T13), que

Comentário do Desempenho

mais do que compensou o crescimento no volume de descontos financeiros, em função de campanhas específicas para a reabertura de matrícula de ex-alunos realizadas nesse período, como já comentamos em trimestres anteriores.

Lucro Líquido

Tabela 17 – Conciliação do EBITDA para o Lucro Líquido

Em R\$ milhões	2T13	2T14	Variação	1S13	1S14	Variação
EBITDA	66,6	106,0	59,2%	153,6	235,5	53,3%
Resultado Financeiro	0,3	4,8	1500,0%	(1,4)	30,2	N.A.
Depreciação	(17,9)	(21,6)	20,7%	(36,0)	(41,1)	14,2%
Contribuição social	(0,7)	(0,9)	28,6%	(0,9)	(3,4)	277,8%
Imposto de renda	(1,6)	(2,5)	56,3%	(2,1)	(9,5)	352,4%
Lucro Líquido	46,7	86,0	84,2%	113,3	211,7	86,8%
Número de ações	293,7	297,4	1,3%	293,7	297,4	1,3%
Lucro por ação (R\$)	0,16	0,29	81,3%	0,39	0,71	82,1%

No 2T14, nosso **lucro líquido** totalizou R\$86,0 milhões, um aumento de 84,2% em relação ao 2T13, como resultado do aumento de mais de 32% na receita líquida e do ganho de eficiência nas linhas de custo e despesa, que levaram ao crescimento de 59% do EBITDA.

No 2T14, nosso **lucro por ação** ficou em R\$0,29, um aumento de 81,3% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

FIES

A **base de alunos FIES** cresceu em relação ao encerramento do 1T14, alcançando 110,4 mil alunos no fim do 2T14, um aumento de 80,8% sobre o 2T13 e de 8,1% sobre o 1T13, passando a representar 39,3% da nossa base de alunos de graduação presencial.

Continuamos com a nossa política de usar o FIES de forma responsável, buscando incentivar o uso do financiamento para alunos com dificuldades de pagamento, tornando-o uma importante ferramenta no combate à evasão e ajudando a garantir a sustentabilidade do programa no longo prazo. Conforme comentado nos ciclos anteriores, o FIES não tem sido um driver primário para a atração de alunos para a Estácio, de modo que tem sido muito mais natural utilizar o programa para alunos que, ao chegarem ao ensino superior, descobrem que poderão não ter condições de chegar ao final do curso com seus próprios recursos.

Tabela 18 – Base de Alunos FIES*

Em mil	2T13	3T13	4T13	1T14	2T14	Var.
Alunos de Graduação Presencial	238,8	259,2	239,4	302,8	280,9	17,6%
Alunos FIES	61,1	72,6	76,1	102,1	110,4	80,8%
% de Alunos FIES	25,6%	28,0%	31,8%	33,7%	39,3%	13,7 p.p.

Contas a Receber e Prazo Médio de Recebimento

O número de **dias do contas a receber de alunos líquido** (mensalidades e acordos), incluindo recebíveis e receita líquida do FIES, apresentou redução de 3 dias em relação ao 2T13 e de 8 dias em relação ao 1T14, caindo para 76 dias. Excluindo

Comentário do Desempenho

a receita líquida FIES e os recebíveis FIES do cálculo, nosso PMR ex-FIES ficou em 89 dias, praticamente estável em relação ao 1T14 e 5 dias acima do 2T13.

Buscando melhorar nosso prazo médio de recebimento, estabelecemos como ação, a partir desse semestre, controles e metas de arrecadação ex-FIES por unidade e curso. Isso significa que vamos buscar não apenas converter alunos com dificuldades financeiras para o FIES, mas também garantir a arrecadação dos alunos fora do programa. Com base nestas ações, somadas à nossa disciplina de gestão, esperamos melhorar nossos prazos de recebimento ex-FIES nos próximos períodos.

Tabela 19 – Contas a Receber e Prazo Médio de Recebimento

Evolução do contas a receber (R\$ milhões)	2T13	3T13	4T13	1T14	2T14
Contas a Receber Bruto	439,7	440,9	423,8	528,4	520,9
FIES	77,3	100,2	78,9	147,2	128,6
Mensalidades de alunos	307,7	263,3	289,4	305,3	329,0
Cartões a receber	23,8	31,4	25,3	32,9	28,3
Acordos a receber	30,9	46,0	30,2	43,0	35,0
Créditos a identificar	(3,6)	(1,9)	0,8	(1,3)	(4,1)
Saldo PDD	(90,2)	(83,9)	(90,0)	(92,0)	(93,1)
Contas a Receber Líquido	345,9	355,1	334,6	435,2	423,7
Receita Líquida (Últimos 12 meses)	1.568,1	1.656,7	1.731,0	1.856,0	2.001,5
Dias do Contas a Receber Líquido	79	77	70	84	76
Receita Líquida Ex- FIES (Últimos 12 meses)	1.153,1	1.162,1	1.162,0	1.173,2	1.191,7
Dias do Contas a Receber Líquido Ex. FIES e Receita FIES	84	79	79	88	89

Tabela 20 – Contas a Receber e Prazo Médio de Recebimento do FIES

Prazo médio de recebimento - FIES	2T13	3T13	4T13	1T14	2T14
Contas a Receber FIES	77,3	100,2	78,9	147,2	128,6
Contas a Compensar FIES	0,5	0,3	44,4	63,6	82,4
Receita FIES (Últimos 12 meses)	424,2	512,7	593,9	716,5	853,9
Dedução FGEDUC (Últimos 12 meses)	(9,2)	(18,1)	(24,9)	(33,7)	(44,1)
Receita Líquida FIES (Últimos 12 meses)	415,0	494,6	569,0	682,8	809,8
Dias do Contas a Receber FIES	67	73	78	111	94
Dias do Contas a Receber FIES Ajustado	67	73	50	78	58

Nota: Reportamos dois cálculos para o PMR FIES: com e sem o ajuste para o novo cronograma de recebimento do repasse dos leilões de recompra dos certificados. De modo que, desde o 4T13, incluímos no cálculo do PMR FIES Ajustado do trimestre os créditos a compensar, que são efetivamente recebidos apenas nos primeiros dias do mês subsequente.

No 2T14, o **contas a receber FIES** ficou em R\$128,6 milhões, uma redução de R\$18,6 milhões em relação ao trimestre anterior, acompanhando a normalização do processo de aditamento de contratos que se concentra no início do semestre letivo.

O **contas a compensar** apresentou aumento de R\$18,8 milhões no 2T14, atingindo R\$82,4 milhões. Vale destacar que o FNDE formalizou o novo cronograma dos leilões de recompra mensais, que vinha sendo praticado de fato desde o final de 2013. De acordo com esse novo cronograma, o recebimento dos valores referentes à recompra dos certificados vem ocorrendo apenas nos primeiros dias do mês subsequente, de modo que o saldo da nossa rubrica de contas a compensar fica mais alto no fechamento dos trimestre, apesar de o recebimento dos valores ocorrer poucos dias depois. No 2T14, o valor que ficou pendente para recebimento em julho foi de R\$81,4 milhões (enquanto foi de R\$63,1 milhões no 1T14 e de R\$44,0 milhões no 4T13). O prazo médio de recebimento do FIES, ajustado para esse novo cronograma de recebimento, alcançou 58 dias, um dos melhores patamares da nossa série histórica.

Comentário do Desempenho

Tabela 21 – Movimentação do Contas a Receber FIES*

Contas a Receber FIES (R\$ milhões)	2T13	3T13	4T13	1T14	2T14
Saldo Inicial	82,2	77,3	100,2	78,9	147,2
(+) Receita Líquida FIES	152,2	167,2	171,4	225,7	289,6
(-) Repasse	153,2	135,3	180,9	146,5	293,8
(-) PDD FIES	4,2	9,4	11,1	10,8	14,5
(+) Adquiridas	0,3	0,4	-0,7	-	-
Saldo Final	77,3	100,2	78,9	147,2	128,6

(*) Informações não revisadas pelos auditores

Tabela 22 – Movimentação do Contas a Compensar FIES*

Contas a Compensar FIES (R\$ milhões)	2T13	3T13	4T13	1T14	2T14
Saldo Inicial	0,4	0,5	0,3	44,4	63,6
(+) Repasse	153,2	135,3	180,9	146,5	293,8
(-) Impostos	59,9	52,2	50,7	40,5	70,8
(-) Recompra em leilão	93,2	83,3	86,2	86,8	204,3
Saldo Final	0,5	0,3	44,4	63,6	82,4

Tabela 23 – Aging do Contas a Receber Bruto Total

Composição por Idade (R\$ milhões)	2T13	%	2T14	%
FIES	77,3	18%	128,6	25%
A vencer	78,4	18%	101,2	19%
Vencidas até 30 dias	45,2	10%	47,1	9%
Vencidas de 31 a 60 dias	40,7	9%	42,6	8%
Vencidas de 61 a 90 dias	40,4	9%	46,1	9%
Vencidas de 91 a 179 dias	67,5	15%	62,2	12%
Vencidas há mais de 180 dias	90,2	21%	93,1	18%
TOTAL	439,7	100%	520,9	100%

Tabela 24 – Aging dos Acordos a Receber*

Composição dos Acordos por Idade (R\$ milhões)	2T13	%	2T14	%
A vencer	12,4	40%	15,7	55%
Vencidas até 30 dias	3,4	11%	3,5	10%
Vencidas de 31 a 60 dias	2,0	6%	2,9	7%
Vencidas de 61 a 90 dias	2,2	7%	2,9	6%
Vencidas de 91 a 179 dias	6,0	19%	5,3	11%
Vencidas há mais de 180 dias	4,9	16%	4,8	11%
TOTAL	30,9	100%	35,0	100%
% sobre o Contas a Receber Bruto	7%		7%	

* Não considera acordos com cartões de crédito

Graças à continuidade de nossas políticas rigorosas para renegociação de dívidas, nesse trimestre continuamos com um baixo percentual de acordos em relação à nossa carteira de recebíveis, com apenas 7% do total de recebíveis originados de renegociações com alunos. O percentual de títulos já vencidos dentre os recebíveis de renegociações há mais de 60 dias representa 28% do total de acordos, ou seja, apenas 2,5% do total de nossa carteira de recebíveis.

Nossos critérios continuam rígidos, claros e objetivos, segundo os quais provisionamos 100% dos recebíveis vencidos há mais de 180 dias, complementados pelo provisionamento do FIES. As tabelas 25 e 26 demonstram como a nossa PDD é constituída e reconcilia os saldos de balanço com os valores que transitaram em resultado.

Comentário do Desempenho

Tabela 25 – Constituição da Provisão para Devedores Duvidosos na DRE

Em R\$ milhões	31/12/2013	Aumento bruto da provisão para inadimplência	Recuperação da Inadimplência	Efeito líquido da provisão	Baixa	30/06/2014
Mensalidades e taxa	71,1	89,0	(41,3)	47,7	(43,1)	75,8
Adquiridas	18,9	7,9	(5,1)	2,8	(4,4)	17,3
TOTAL	90,0	96,9	(46,4)	50,5	(47,4)	93,1

Tabela 26 – Reconciliação dos Saldos da Provisão para Devedores Duvidosos no Balanço

	30/06/2014
Complemento da provisão	50,5
Efeitos das adquiridas no ato da aquisição	-
Total	50,5

(*) Informações não revisadas pelos auditores

Investimento (CAPEX e Aquisições)

Tabela 27 – Detalhamento dos Investimentos

Em R\$ milhões	2T13	2T14	Variação	1S13	1S14	Variação
CAPEX Total	56,8	31,6	-44,4%	70,6	68,8	-2,5%
Manutenção	18,0	21,8	21,1%	26,3	44,1	67,7%
Discrecionário, Expansão e Aquisições	38,8	9,8	-74,7%	44,3	24,7	-44,2%
Modelo de Ensino	2,1	1,5	-28,6%	4,0	3,3	-17,5%
Nova Arquitetura de TI	4,1	3,1	-24,4%	5,6	5,0	-10,7%
Projetos de Integração	0,4	0,3	-25,0%	0,4	0,4	0,0%
Projeto Tablet	3,1	1,6	-48,4%	5,2	7,0	34,6%
Expansão	2,2	3,3	50,0%	2,2	8,2	272,7%
Aquisições	26,9	-	-100,0%	26,9	0,8	-97,0%

O **CAPEX total** no 2T14 ficou em R\$31,6 milhões, 44,4% abaixo do registrado no 2T13, refletindo nossas iniciativas para maior linearização do CAPEX ao longo do ano, além da ausência de investimentos em aquisições no 2T14. Continuamos também com a aceleração gradual do nosso processo de expansão, para acomodar melhor o crescimento da nossa base de alunos.

Nesse contexto, o **CAPEX de manutenção** totalizou R\$21,8 milhões nesse trimestre, um aumento de 21,1% em relação ao apresentado no 2T13, alocados principalmente em atualização de sistemas, equipamentos, bibliotecas e laboratórios das nossas unidades. Investimos também cerca de R\$1,5 milhão no projeto do Modelo de Ensino (construção de conteúdo e desenvolvimento e produção EAD); R\$1,6 milhão no Projeto Tablet; e R\$3,1 milhões na aquisição de hardware e no desenvolvimento do nosso projeto de revisão da arquitetura de T.I., que visa substituir os nossos sistemas acadêmicos legados e também adequar o nosso hardware para o crescimento da Companhia.

Os **investimentos em projetos de expansão, revitalizações e melhorias de unidades** totalizaram R\$3,3 milhões no 2T14 e referem-se a investimentos realizados em expansões em unidades já existentes e novas salas.

Comentário do Desempenho

Capitalização e Caixa

Tabela 28 – Capitalização e Caixa

Em R\$ milhões	30/06/2013	31/03/2014	30/06/2014
Patrimônio líquido	1.431,2	1.647,1	1.752,0
Caixa e disponibilidades	741,9	758,1	787,4
Endividamento bruto	(315,3)	(328,1)	(312,8)
Empréstimos bancários	(274,0)	(280,0)	(269,0)
Curto prazo	(19,5)	(43,7)	(16,2)
Longo prazo	(254,4)	(236,4)	(252,8)
Compromissos a pagar (Aquisições)	(32,0)	(40,0)	(36,0)
Parcelamento de tributos	(9,3)	(8,0)	(7,9)
Caixa / Dívida líquida	426,6	430,0	474,6

No fim de junho, a posição de **caixa e disponibilidades** totalizava R\$787,4 milhões, aplicados conservadoramente em instrumentos de renda fixa, referenciados ao CDI, em títulos do governo federal e certificados de depósitos de bancos nacionais de primeira linha. O **endividamento** bancário de R\$269,0 milhões corresponde basicamente à primeira emissão de debêntures da Companhia de R\$200 milhões, às linhas de financiamento junto ao IFC (primeiro empréstimo de R\$48,5 milhões e cerca de R\$20 milhões do segundo financiamento) e à capitalização das despesas de leasing com equipamentos em cumprimento à Lei 11.638. Além disso, contamos com os compromissos a pagar referentes às aquisições realizadas, na ordem de R\$36,0 milhões, bem como o saldo a pagar de tributos parcelados para determinar o nosso **endividamento bruto**, que totalizou R\$312,8 milhões no encerramento do trimestre, R\$15,3 milhões abaixo do registrado no fim de março. Dessa forma, o **caixa líquido** da Estácio ficou em R\$474,6 milhões no encerramento do 2T14.

Fluxo de Caixa

A seguir, apresentamos as principais linhas do nosso fluxo de caixa no trimestre, em duas visões: **com e sem o ajuste para o novo cronograma de recebimento das recompras do FIES**, que foi formalizado pelo FNDE nesse segundo trimestre. Com o novo cronograma, os valores dos leilões de recompra usualmente realizados no final de cada mês passam a ser recebidos de fato apenas nos primeiros dias do mês subsequente. Desse modo, os valores que se acumularam em nosso Contas a Compensar ao final dos trimestres e foram recebidos no mês seguinte foram: R\$44,0 milhões em dezembro, R\$63,1 milhões em março e R\$81,4 milhões em junho.

Tabela 29 – Fluxo de Caixa (não ajustado)

Comentário do Desempenho

Demonstrações dos fluxos de caixa (em R\$ milhões)	2T13	2T14	1S13	1S14
Lucro antes dos impostos e após o resultado das operações descontinuadas	48,9	89,3	116,3	224,6
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas:	51,5	51,8	90,2	99,0
Resultado após conciliação das disponibilidades geradas	100,4	141,1	206,5	323,6
Variações nos ativos e passivos:	(31,7)	(30,5)	(104,1)	(154,5)
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	68,7	110,6	102,4	169,1
CAPEX (Ex-Aquisições)	(29,9)	(31,6)	(43,7)	(68,0)
Fluxo de caixa operacional (FCO):	38,8	79,0	58,7	101,1
Outras atividades de investimentos:	(30,2)	(4,3)	(32,4)	(5,7)
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades de investimentos	8,6	74,8	26,4	95,3
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos:	(14,2)	(45,4)	575,1	(47,0)
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades de financiamentos	(5,6)	29,3	601,4	48,2
Caixa no início do exercício	747,5	758,1	140,5	739,2
Aumento nas disponibilidades	(5,6)	29,3	601,4	48,2
Caixa no final do exercício	741,9	787,4	741,9	787,4

Tabela 30 – Fluxo de Caixa (ajustado)

Demonstrações dos fluxos de caixa (em R\$ milhões)	2T13	2T14	1S13	1S14
Lucro antes dos impostos e após o resultado das operações descontinuadas	48,9	89,3	116,3	224,6
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas:	51,5	51,8	90,2	99,0
Resultado após conciliação das disponibilidades geradas	100,4	141,1	206,5	323,6
Variações nos ativos e passivos:	(31,7)	(12,0)	(104,1)	(117,0)
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	68,7	129,1	102,4	206,6
CAPEX (Ex-Aquisições)	(29,9)	(31,6)	(43,7)	(68,0)
Fluxo de caixa operacional (FCO):	38,8	97,5	58,7	138,6
Outras atividades de investimentos:	(30,2)	(4,3)	(32,4)	(5,7)
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades de investimentos	8,6	93,3	26,4	132,8
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos:	(14,2)	(45,4)	575,1	(47,0)
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades de financiamentos	(5,6)	47,8	601,4	85,7
Caixa no início do exercício	747,5	821,1	140,5	783,2
Aumento nas disponibilidades	(5,6)	47,8	601,4	85,7
Caixa no final do exercício	741,9	868,9	741,9	868,9

No 2T14, tivemos um **fluxo de caixa operacional** positivo em R\$79,0 milhões, R\$40,2 milhões acima do apresentado no mesmo trimestre de 2013, mesmo considerando o novo cronograma de recebimento da recompra dos certificados do FIES. Ajustando para o novo cronograma de repasses, o **fluxo de caixa operacional ajustado** totalizou R\$97,5 milhões no 2T14, uma melhora de R\$58,7 milhões em relação ao ano passado, considerando o recebimento dos leilões de recompra que ocorreram em abril e julho nos meses de suas competências, março e junho respectivamente.

No 1S14, nosso **fluxo de caixa operacional** foi positivo em R\$101,1 milhões, uma melhora na geração de caixa de R\$42,3 milhões. Já o **fluxo de caixa operacional ajustado** alcançou a marca de R\$138,6 milhões, R\$79,8 milhões acima do registrado no 1S13, corroborando nossa crescente capacidade de gerar caixa a partir de nossas operações nos últimos ciclos.

Comentário do Desempenho

A **geração de caixa operacional antes de CAPEX** foi de R\$110,6 milhões no 2T14, R\$41,9 milhões acima do registrado no 2T13. Considerando o ajuste para o novo cronograma do FIES, a **geração de caixa operacional antes de CAPEX ajustada** foi de R\$129,1 milhões, R\$60,4 milhões acima do mesmo trimestre do ano anterior. No 1S14, a **geração de caixa operacional antes de CAPEX** somou R\$169,1 milhões, R\$66,6 milhões acima do mesmo período do ano passado. Ajustando para o novo cronograma de recebimento do FIES, **geração de caixa operacional antes de CAPEX ajustada** foi de R\$206,6 milhões, R\$104,1 milhões superior em relação ao 1S13.

Notas Explicativas

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2014 (Consolidadas e da Controladora) Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A Estácio Participações S.A. ("Estácio" ou "Companhia") e suas controladas (conjuntamente, "o Grupo") tem como atividades preponderantes o desenvolvimento e/ou administração de atividades e/ou instituições nas áreas de educação de nível superior, educação profissional e/ou outras áreas associadas à educação, a administração de bens e negócios próprios, e a participação, como sócio ou acionista, em outras sociedades simples ou empresárias, no Brasil.

A Companhia é uma sociedade anônima com sede localizada na Avenida Embaixador Abelardo Bueno, 199, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, constituída por subscrição particular de ações em 31 de março de 2007, e atualmente listada no Novo Mercado.

O Grupo possui quinze empresas, incluindo a Estácio Participações, sendo doze mantenedoras de instituição de ensino superior, constituídas sob a forma de sociedades empresárias de responsabilidade limitada e, reúne uma Universidade, seis Centros Universitários e trinta e três faculdades, distribuídas em vinte Estados do país e no Distrito Federal.

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 06 de agosto de 2014, autorizou a divulgação destas informações contábeis intermediárias.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas informações contábeis intermediárias estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As informações contábeis intermediárias foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados ao valor justo, quando aplicável.

A preparação de informações contábeis intermediárias requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as informações contábeis intermediárias incluem: perda (impairment) do ágio, transações com pagamentos baseados em ações, provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, e vida útil dos ativos (Nota 2.24).

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas informações contábeis intermediárias devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente, em prazo não superior a um ano.

As informações contábeis intermediárias consolidadas foram preparadas de acordo com o CPC 21 (R1) /IAS 34 - "Demonstrações Intermediárias". Sem que haja divergência com relação à aplicação do CPC 21 (R1) /IAS 34, a Companhia também adota políticas contábeis advindas da legislação societária brasileira e regras específicas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Notas Explicativas

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2014 (Consolidadas e da Controladora) Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As informações contábeis intermediárias individuais foram preparadas de acordo com o CPC 21(R1) - "Demonstrações Intermediárias" e são divulgadas em conjunto com as informações contábeis intermediárias consolidadas.

Nas informações trimestrais individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. As práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas informações trimestrais individuais diferem do IFRS aplicável às informações trimestrais separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme IFRS seria pelo custo ou valor justo.

As informações relativas às demonstrações financeiras anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentadas nas informações contábeis intermediárias para fins de comparação, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e os Padrões Internacionais de Relatórios Financeiros (International Financial Reporting Standards - IFRS). As práticas contábeis aplicadas nessas informações trimestrais individuais e consolidadas estão consistentes com aquelas apresentadas nas demonstrações financeiras anuais em 31 de dezembro de 2013.

Para melhor comparabilidade das informações contábeis intermediárias de 30 de junho de 2013, a Companhia efetuou a reclassificação na demonstração do fluxo de caixa dos valores referentes às obrigações tributárias e IRPJ e CSLL pagos, não alterando o resultado da atividade operacional e referente a títulos e valores mobiliários mantidos para negociação (aplicações financeiras) alterando o resultados das atividades operacionais e das atividades de investimento.

Os pronunciamentos CPC 36 (R3)/ IFRS 10 - "Demonstrações Consolidadas", CPC 40 (R1)/ IFRS 7 - "Instrumentos financeiros: Evidenciação", CPC 45/ IFRS 12 - "Divulgações de Participações em outras Entidades" e CPC 46/IFRS 13 - "Mensuração a Valor Justo", aplicáveis à Companhia e com vigência para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2013, não trouxeram impacto relevante para as suas informações contábeis intermediárias.

2.2 Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das informações contábeis intermediárias consolidadas.

(a) Controladas

Controladas são todas entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais o grupo detém o controle. O Grupo controla uma entidade quando está exposto ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

O Grupo usa o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pelo Grupo. A contraprestação transferida inclui o valor justo de ativos e passivos resultantes de um contrato de contraprestação contingente, quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os ativos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição.

O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da participação do Grupo

Notas Explicativas

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2014 (Consolidadas e da Controladora) Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

nos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio (*goodwill*). Quando a contraprestação transferida for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados.

Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

As informações contábeis intermediárias consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes sociedades controladas, cuja participação é assim resumida:

	Direta - %	
	30 de junho de 2014	31 de dezembro de 2013
Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda. ("SESES")	100	100
Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental Ltda. ("IREP")	100	100
Nova Academia do Concurso - Cursos Preparatórios Ltda. ("NACP")	100	100
Estácio Editora ("EDITORA")	100	100
	Indireta - %	
	30 de junho de 2014	31 de dezembro de 2013
Sociedade Educacional Atual da Amazônia ("ATUAL")	100	100
ANEC - Sociedade Natalense de Educação e Cultura ("FAL")	100	100
Sociedade Universitária de Excelência Educacional do Rio Grande do Norte ("FATERN")	100	100
Idez Empreendimentos Educacionais Sociedade Simples Ltda. ("IDEZ")	100	100
Sociedade Educacional do Rio Grande do Sul S/S Ltda. ("FARGS")	100	100
Unisãoluis Educacional S.A ("UNISÃOLUIS")	100	100
Uniuol Gestão de Empreendimentos Educacionais e Participações S.A. ("UNIUOL")	100	100
Sociedade Educacional da Amazônia ("SEAMA")	100	100
Instituto de Ensino Superior Social e Tecnológico Ltda. ("FACITEC")	100	100
Associação de Ensino de Santa Catarina ("ASSESC")	100	100

O período de abrangência das informações contábeis intermediárias das controladas incluídas na consolidação é coincidente com os da controladora e as práticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no período anterior.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementada com as eliminações das operações realizadas entre as empresas consolidadas, bem como dos saldos e resultados não realizados economicamente entre as referidas empresas.

Notas Explicativas

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2014 (Consolidadas e da Controladora)
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.3 Combinação de negócios

A Companhia não adquiriu ou firmou compromisso de compra no trimestre findo em 30 de junho de 2014. As aquisições e compromissos de compra realizados no exercício de 2013 estão resumidas a seguir:

(i) Faculdade de Ciências Sociais e Tecnológicas ("FACITEC")

Em 5 de abril de 2013, o Grupo adquiriu a totalidade das quotas do capital social da Faculdade de Ciências Sociais e Tecnológicas (FACITEC), com sede e campus na cidade de Taguatinga, no Distrito Federal. O valor da transação foi de R\$ 29.000 incluindo pagamentos aos sócios e assunção de obrigações da empresa.

Está previsto um pagamento adicional de R\$ 7 milhões devido a transformação da FACITEC em Centro Universitário. A contraprestação contingente está reconhecida no passivo na rubrica preço de aquisição a pagar.

Na data da aquisição a FACITEC possuía cerca de 3.600 alunos distribuídos em 13 cursos de graduação e 24 de pós-graduação, além de cursos de extensão e livres.

(ii) Associação de Ensino de Santa Catarina ("ASSESC")

Em 30 de novembro de 2013, o Grupo adquiriu a totalidade das quotas do capital social da Associação de Ensino de Santa Catarina ("ASSESC"), com sede e campus na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina. O valor da transação foi de R\$ 6.771 incluindo pagamentos aos sócios e assunção de obrigações da empresa.

Fundada em 1987, a ASSESC possui aproximadamente 915 alunos e 4.970 vagas. A ASSESC possui um portfólio de 10 cursos superiores cadastrados no MEC e o ticket médio mensal é de aproximadamente R\$ 570,00. Recebeu pelo MEC, o índice geral de cursos igual a 3.

(iii) União dos Cursos Superiores SEB Ltda. ("UNISEB")

Em 12 de setembro de 2013, a Estácio Participações S.A. formalizou o compromisso de compra da totalidade das ações ("Operação") da TCA Investimentos e Participações Ltda. ("TCA"), sociedade limitada empresária a ser transformada em sociedade anônima antes do fechamento da Operação, com sede na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, controladora da UNISEB - União dos Cursos Superiores SEB Ltda. ("UNISEB") (Nota 30).

Notas Explicativas**Estácio Participações S.A.****Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2014 (Consolidadas e da Controladora)**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Não se espera que o ágio reconhecido seja dedutível para fins de imposto de renda. A tabela a seguir resume as contraprestações pagas e os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos reconhecidos nas datas da aquisições, realizadas em 2013:

	<u>FACITEC</u>	<u>ASSESC</u>	<u>Total</u>
Valor da aquisição			
Caixa	18.000	5.316	23.316
Compromissos a pagar	9.884	1.413	11.297
Contraprestação contingente (valor presente)	<u>5.770</u>	<u> </u>	<u>5.770</u>
Total da Contraprestação	<u>33.654</u>	<u>6.729</u>	<u>40.383</u>
Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos	(1.120)	(1.225)	(2.345)
Ágio	<u>32.534</u>	<u>5.504</u>	<u>38.038</u>
Alocação do ágio			
Marca FACITEC	5.199	586	5.785
Licença de operação	433	397	830
Relacionamento com cliente	3.278	199	3.477
IR CS Diferidos	(3.030)	(402)	(3.432)
<i>Goodwill</i>	26.654	4.724	31.378
	<u>FACITEC</u>	<u>ASSESC</u>	<u>Total</u>
Caixa e equivalentes de caixa	232	654	886
Clientes	1.462	464	1.926
Impostos e contribuições	3	78	81
Imobilizado	1.815	895	2.710
Intangível	21	5	26
Empréstimos e financiamentos	(180)		(180)
Fornecedores	(525)	(75)	(600)
Obrigações trabalhistas	(204)	(258)	(462)
Obrigações tributárias	(96)	(25)	(121)
Mensalidades recebidas antecipadamente	(130)		(130)
Parcelamentos	(704)		(704)
Provisões	(574)	(512)	(1.086)
Outras obrigações	<u> </u>	<u>(1)</u>	<u>(1)</u>
Ativos líquidos adquiridos	<u>1.120</u>	<u>1.225</u>	<u>2.345</u>

2.4 Reconhecimento da receita, custos e despesas

As receitas, custos e despesas são reconhecidos pelo regime de competência.

(a) Receita de serviços

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviço de atividade de ensino no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

O Grupo reconhece a receita quando o valor desta pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos.

Notas Explicativas

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2014 (Consolidadas e da Controladora) Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras incluem principalmente receitas de juros sobre aplicações financeiras, despesas com juros sobre financiamentos, ganhos e perdas com avaliação ao valor justo, de acordo com a classificação do título, além das variações cambiais e monetárias líquidas.

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (impairment) é identificada em relação a um contas a receber, o Grupo reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do instrumento.

2.5 Conversão de moeda estrangeira

Os itens incluídos nas informações contábeis intermediárias de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.6 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, as contas bancárias e outros investimentos de curto prazo com alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com baixo risco de mudança no valor, que são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo da Companhia.

2.7 Títulos e valores mobiliários

A Companhia classifica os títulos e valores mobiliários de acordo com a finalidade determinada pela Administração para a qual foram adquiridos e estabelece a classificação no reconhecimento inicial para estes ativos financeiros, conforme as seguintes categorias:

- títulos para negociação - são adquiridos com finalidade de venda no curto prazo e mensurados ao valor justo. Os juros, as atualizações monetárias e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são registrados no resultado;
- títulos mantidos até o vencimento - são adquiridos com a intenção e capacidade financeira de manutenção em carteira até o vencimento, sendo reconhecidos e mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva, tendo os rendimentos alocados ao resultado; e

Notas Explicativas

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2014 (Consolidadas e da Controladora) Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- títulos disponíveis para venda - são instrumentos não derivativos que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra categoria. São mensurados ao valor justo e os juros e as atualizações monetárias são registrados no resultado, enquanto que as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são registradas no patrimônio líquido, em ajustes de avaliação patrimonial, sendo transferidas para o resultado do exercício quando da liquidação do título.

Em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a totalidade dos títulos e valores mobiliários da Companhia classificam-se como "Títulos para negociação".

2.8 Contas a receber e mensalidades antecipadas

As contas a receber são decorrentes da prestação de serviços de atividades de ensino e não incluem montantes de serviços prestados após as datas dos balanços. Os serviços faturados, e ainda não prestados nas datas dos balanços, são contabilizados como mensalidades recebidas antecipadamente e são reconhecidos no respectivo resultado do exercício de acordo com o regime de competência.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou *impairment*).

2.9 Provisão para crédito de liquidação duvidosa

É apresentada como redução das contas a receber e é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber decorrentes de mensalidades e de cheques a receber, considerando os riscos envolvidos.

2.10 Investimentos em controladas (aplicável somente para as informações contábeis intermediárias individuais)

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Nas informações contábeis intermediárias individuais, o ágio por expectativa de rentabilidade futura - *goodwill* é apresentado no investimento.

2.11 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada.

A depreciação é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 10 que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

Os custos subsequentes ao do reconhecimento inicial são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

Os itens do ativo imobilizado são baixados quando vendidos ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício em que o ativo for baixado.

Notas Explicativas

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2014 (Consolidadas e da Controladora) Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriados, ao final de cada exercício.

2.12 Intangível

(a) Ágio

O ágio (goodwill) é representado pelo excedente remanescente após a alocação do valor pago a todos os ativos e passivos tangíveis e intangíveis identificados da controlada adquirida. No caso de apuração de deságio, o montante é registrado como ganho no resultado do exercício, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (impairment).

Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por impairment. Perdas por impairment reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de impairment. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou.

(b) Fundo de comércio (carteira de alunos)

As relações contratuais com alunos, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As relações contratuais têm vida útil definida e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o aluno.

(c) Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso.
- A administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo.
- O software pode ser vendido ou usado.
- Pode-se demonstrar que é provável que o software gere benefícios econômicos futuros.
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software.
- O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis.

Notas Explicativas

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2014 (Consolidadas e da Controladora) Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a cinco anos.

2.13 *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.14 Arrendamento mercantil

Arrendamento financeiro

Os contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente à Companhia os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo conforme a Nota 10. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método de custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

Arrendamento operacional

São reconhecidos no resultado do exercício em base linear durante o prazo do contrato, obedecendo ao regime de competência dos exercícios.

2.15 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Notas Explicativas

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2014 (Consolidadas e da Controladora) Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.16 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas informações contábeis intermediárias da Companhia no fim do exercício, com base no seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas, em Assembleia Geral.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

2.17 Provisão para desmobilização de ativos

Representa a estimativa de gastos futuros de restauração das edificações alugadas em que as unidades de ensino do Grupo estão localizadas. São reconhecidos no imobilizado pelo seu valor presente, descontado a uma taxa de crédito ajustado, como parte do valor dos ativos que lhes deu origem, desde que exista obrigação legal e seu valor possa ser estimado em bases confiáveis, tendo como contrapartida o registro de uma provisão no passivo da Companhia. Os juros incorridos pela atualização da provisão estão classificados como despesas financeiras. As estimativas de desmobilização revisadas anualmente sofrem depreciação/amortização nas mesmas bases dos ativos principais.

2.18 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.19 Tributação

As controladas que aderiram ao PROUNI gozam de isenção, pelo período de vigência do termo de adesão, com relação aos seguintes tributos federais:

- IRPJ e CSLL, instituída pela Lei nº 7.689 de 15 de dezembro de 1988;
- COFINS, instituída pela Lei Complementar nº 70 de 30 de dezembro de 1991; e
- PIS, instituída pela Lei Complementar nº 7 de 7 de setembro de 1970.

Notas Explicativas

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2014 (Consolidadas e da Controladora) Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As isenções acima mencionadas são originalmente calculadas sobre o valor da receita auferida em decorrência da realização de atividades de ensino superior, provenientes de cursos de graduação e cursos sequenciais de formação específica. Ainda em decorrência da alteração da forma jurídica para sociedade empresária, os seguintes eventos passaram a ocorrer a partir de outubro de 2005 e fevereiro de 2007:

- (i) Término da imunidade tributária no âmbito do Imposto sobre Serviços ("ISS").
- (ii) Perda da isenção de 100% da cota patronal do Instituto Nacional de Seguridade Social ("INSS"), arcando com o ônus da mesma em bases escalonadas como previsto na legislação do PROUNI (20% no 1º ano, 40% no 2º ano até 100% no 5º ano). Em 2012, a Companhia passou a arcar com 100% da cota patronal do INSS.

A Estácio Participações S.A. (Controladora) não goza das isenções advindas do PROUNI e apura normalmente os tributos federais.

Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social correntes foram apurados considerando os critérios estabelecidos pela Instrução Normativa da Receita Federal, especificamente ao PROUNI, que permite que esses tributos não sejam recolhidos sobre o lucro de exploração das atividades de graduação tradicional e tecnológica e sejam transformados em reserva de lucro.

PIS e COFINS

As regras do PROUNI definem que estão isentas de recolhimento do PIS e da COFINS as receitas oriundas das atividades de graduação tradicional e tecnológica. Para as receitas das demais atividades de ensino, incide o PIS e a COFINS as alíquotas de 0,65% e 3,00%, respectivamente e, para as atividades não relacionadas a ensino, incide o PIS à alíquota de 1,65% e a COFINS a 7,6%.

Imposto de renda e contribuição social - diferidos

Impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizados, exceto:

- Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.
- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis, associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Notas Explicativas

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2014 (Consolidadas e da Controladora) Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

2.20 Pagamento baseado em ações

A Companhia concede a seus principais executivos e administradores um plano de remuneração com base em ações, liquidados com ações, segundo os quais a Companhia recebe os serviços destes executivos e administradores como contraprestação por instrumentos de patrimônio líquido (opções) do Grupo. O valor justo dos serviços, recebidos em troca da outorga de opções, é reconhecido como despesa. O valor total a ser reconhecido é determinado mediante referência ao valor justo das opções outorgadas, excluindo o impacto de quaisquer condições de aquisição de direitos com base no serviço e no desempenho que não são do mercado (por exemplo, rentabilidade, metas de aumento de receitas e permanência no emprego por um período de tempo específico). As condições de aquisição de direitos que não são do mercado estão incluídas nas premissas sobre a quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos. O valor total da despesa é reconhecido durante o período no qual o direito é adquirido; período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data do balanço, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições de aquisição de direitos que não são do mercado. Esta reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente no patrimônio.

Os valores recebidos, líquidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados no capital social (valor nominal) e na reserva de ágio, se aplicável, quando as opções são exercidas.

2.21 Participação nos lucros

O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes. O Grupo reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

2.22 Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por lote de mil ações - utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme Pronunciamento Técnico CPC 41 (IAS 33). (Nota 22)

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores. Para as opções de compra de ações, é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio anual de mercado da ação da Companhia), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados às opções de compra de ações em aberto. A quantidade de ações assim calculadas conforme descrito anteriormente é comparada com a quantidade de ações em circulação, pressupondo-se o exercício das opções de compra das ações.

Notas Explicativas

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2014 (Consolidadas e da Controladora) Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.23 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Quando alguma empresa do Grupo compra ações do capital da Companhia (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são subsequentemente reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

2.24 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das informações contábeis intermediárias. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas informações contábeis intermediárias devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

Notas Explicativas

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2014 (Consolidadas e da Controladora)
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Perda (impairment) do ágio

Anualmente, o Grupo testa eventuais perdas (impairment) no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2.13. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas a seguir:

	<u>Em percentuais</u>
	<u>31 de dezembro de 2013</u>
Margem bruta média (i)	41,5
Taxa de crescimento (ii)	5
Taxa de desconto (iii)	14,6

(i) Margem bruta orçada média.

(ii) Taxa de crescimento média ponderada, usada para extrapolar os fluxos de caixa após o período orçado.

(iii) Taxa de desconto antes do imposto, aplicada às projeções do fluxo de caixa.

Se a taxa de desconto estimada antes do imposto aplicada aos fluxos de caixa descontados fosse 1% maior que as estimativas da administração (por exemplo, 15,6% ao invés de 14,6%), o Grupo também não teria reconhecido nenhuma perda (impairment) do ágio.

(ii) Transações com pagamentos baseados em ações

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e as correspondentes premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na Nota 21(b).

(iii) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisões para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Notas Explicativas

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2014 (Consolidadas e da Controladora) Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iv) Vida útil dos ativos

A Companhia revisa anualmente a vida útil econômica dos seus ativos, tendo como base laudos de avaliadores externos. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no saldo de vida útil remanescente.

2.25 Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 R2 (IAS 7) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC (IASB).

2.26 Demonstração do valor adicionado ("DVA")

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e suas controladas e sua distribuição durante determinado período e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, e pelas praticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação desta demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração esta apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das informações contábeis intermediárias e seguindo as disposições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 09. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.27 Instrumentos financeiros

(a) Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber, depósitos judiciais, contas a pagar, debêntures, empréstimos e financiamentos. Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do período.

Os critérios que o Grupo usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) o Grupo, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;

Notas Explicativas

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2014 (Consolidadas e da Controladora) Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; e
 - condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receita (despesa) financeira" no período em que ocorrem.

(b) Mensuração subsequente

A mensuração dos ativos e passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos e passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos e passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos ou passivos financeiros mantidos para negociação e ativos ou passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos e passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de hedge definidos pelo CPC 38 (IAS 39).

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013 a Companhia não possuía operações com derivativos.

Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

Notas Explicativas

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2014 (Consolidadas e da Controladora) Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) *Impairment* de ativos financeiros

O Grupo avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são reconhecidas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.28 Informações por segmento

Em função da concentração de suas atividades na atividade de ensino superior, a Companhia está organizada em uma única unidade de negócio. Os cursos oferecidos pela Companhia, embora sejam destinados a um público diverso, não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

2.29 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB não estavam em vigor para o exercício findo em 2013. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- IFRIC 21 - "Taxas". A interpretação esclareceu quando uma entidade deve reconhecer uma obrigação de pagar taxas de acordo com a legislação. A obrigação somente deve ser reconhecida quando o evento que gera a obrigação ocorre. Essa interpretação é aplicável a partir de 10 de janeiro de 2014. Esta norma não produz efeitos nas informações trimestrais da Companhia.
- IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. O Grupo está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.

Notas Explicativas

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2014 (Consolidadas e da Controladora)
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Grupo.

3 Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2014	31 de dezembro de 2013	30 de junho de 2014	31 de dezembro de 2013
Caixa e bancos	176	160	19.397	7.132
Caixa e equivalentes de caixa	176	160	19.397	7.132
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	64.811	100.846	152.943	107.692
Fundos de Investimento	122.686	145.184	129.935	153.825
Operações Compromissadas	392.882	408.475	485.156	470.534
Títulos e valores mobiliários	580.379	654.505	768.034	732.051
	<u>580.555</u>	<u>654.665</u>	<u>787.431</u>	<u>739.183</u>

Os Certificados de Depósitos Bancários - CDB são remunerados pelo CDI com taxas variando de 90,0% a 101,6% em 30 de junho de 2014 (de 94,2% a 101,6% em 31 de dezembro de 2013).

As Operações Compromissadas, lastreadas por debêntures de emissores de primeira linha, estão registradas ao seu valor justo remuneradas a taxa de 75,0% a 104,0% do CDI em 30 de junho de 2014 (de 75,0% a 105,7% do CDI em 31 de dezembro de 2013).

Os valores justos de títulos negociados no mercado são baseados em fluxos de caixa descontados, utilizando-se uma taxa baseada na taxa de juros do mercado e no prêmio de risco específico para esses títulos e valores mobiliários (2014 - 10,80%; 2013 - 7,25%). Nenhum desses ativos financeiros está vencido ou *impaired*.

A aplicação em fundo exclusivo é lastreada por alocações financeiras em cotas de fundos de crédito privado, CDBs e operações compromissadas de bancos e emissores de primeira linha.

A Companhia possui uma Política de Investimentos e Derivativos financeiros que determina que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha. Em 30 de junho de 2014 as operações são remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a totalidade dos títulos e valores mobiliários da Companhia classificam-se como "Títulos para negociação".

Notas Explicativas**Estácio Participações S.A.**

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2014 (Consolidadas e da Controladora)
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4 Contas a receber

	Consolidado	
	30 de junho de 2014	31 de dezembro de 2013
Mensalidades de alunos	299.316	261.670
FIES (a)	128.631	78.885
Convênios e Permutas	29.659	27.762
Cartões a receber (b)	28.325	25.281
Acordos a receber	35.016	30.226
	<u>520.947</u>	<u>423.824</u>
Valores a identificar	(4.120)	797
Provisão para devedores duvidosos (c)	<u>(93.084)</u>	<u>(89.989)</u>
	<u>423.743</u>	<u>334.632</u>

A composição por idade dos valores a receber é apresentada a seguir:

	Consolidado			
	30 de junho de 2014	%	31 de dezembro de 2013	%
FIES	128.631	25	78.885	19
A vencer	101.220	19	81.179	19
Vencidas até 30 dias	47.133	9	45.683	11
Vencidas de 31 a 60 dias	42.593	8	39.169	9
Vencidas de 61 a 90 dias	46.067	9	29.897	7
Vencidas de 91 a 179 dias	62.219	12	59.022	14
Vencidas a mais de 180 dias	93.084	18	89.989	21
	<u>520.947</u>	<u>100</u>	<u>423.824</u>	<u>100</u>

Notas Explicativas**Estácio Participações S.A.**

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2014 (Consolidadas e da Controladora)
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A composição por idade dos acordos a receber é apresentada a seguir:

	Consolidado			
	30 de junho de 2014	%	31 de dezembro de 2013	%
A vencer	15.669	45	16.732	55
Vencidas até 30 dias	3.487	10	3.157	10
Vencidas de 31 a 60 dias	2.875	8	2.055	7
Vencidas de 61 a 90 dias	2.900	8	1.866	6
Vencidas de 91 a 179 dias	5.317	15	3.225	11
Vencidas a mais de 180 dias	4.768	14	3.191	11
	<u>35.016</u>	<u>100</u>	<u>30.226</u>	<u>100</u>

- (a) As contas a receber FIES (Fundo de Financiamento Estudantil) estão representadas pelos créditos educacionais, cujos financiamentos foram contratados pelos alunos junto a Caixa Econômica Federal - CEF e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação -FNDE, sendo os recursos financeiros repassados mensalmente pela CEF e Banco do Brasil em conta corrente bancária específica. O referido montante tem sido utilizado para pagamento das contribuições previdenciárias e impostos federais, bem como convertidos em caixa por meio de leilões dos títulos do Tesouro Nacional. O saldo deste contas a receber apresentou crescimento de 63% em 30 de junho de 2014 quando comparado a 31 de dezembro de 2013, explicado pelo aumento da base de alunos FIES.

Em 2014, as contas a receber de FIES estão apresentadas pelo valor líquido das estimativas de perda conforme abaixo:

- (i) Para alunos FIES com fiador foi constituída provisão para o percentual de 2,25% do faturamento com essa característica, considerando as premissas de 15% de risco de crédito sobre 15% de inadimplência.
 - (ii) Para o risco não coberto do FGEDUC, com adesão realizada a partir de abril de 2012, foi constituída provisão para os 10% dos créditos de responsabilidade das mantenedoras (sendo que o Fundo Garantidor é responsável pelos 90% restantes) sobre os 15% de risco de crédito sobre uma estimativa de 15% de inadimplência, ou seja, 0,225%.
 - (iii) Para o risco não coberto do FGEDUC, com adesão realizada até março de 2012, foi constituída provisão para os 20% de responsabilidade das mantenedoras (sendo que o Fundo Garantidor é responsável pelos 80% restantes) sobre os 15% de risco de crédito sobre uma estimativa de 15% de inadimplência, ou seja, 0,450%.
- (b) Parte substancial dos saldos de cartões a receber é decorrente de negociação de mensalidades em atraso.

Notas Explicativas**Estácio Participações S.A.****Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2014 (Consolidadas e da Controladora)
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

(c) A movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa, no consolidado, segue demonstrada abaixo:

<u>Descrição</u>	<u>31 de dezembro de 2013</u>	<u>Aumento bruto da provisão para inadimplência</u>	<u>Recuperação da inadimplência</u>	<u>Efeito líquido da provisão</u>	<u>Baixa</u>	<u>30 de junho de 2014</u>
Mensalidades e taxas	71.128	89.007	(41.315)	47.692	(43.059)	75.761
Adquiridas(i)	18.861	7.919	(5.096)	2.823	(4.361)	17.323
	<u>89.989</u>	<u>96.926</u>	<u>(46.411)</u>	<u>50.515</u>	<u>(47.420)</u>	<u>93.084</u>

Nos períodos findos em 30 de junho de 2014 e de 2013 a despesa com provisão para crédito de liquidação duvidosa (Nota 25), reconhecida na demonstração do resultado na rubrica de despesas comerciais, estava representada da seguinte forma:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Complemento da provisão (ii)	50.515	57.447
Baixa de cobrança e depósito não identificado		(4.030)
Venda de carteira de clientes		(8.555)
PDD das empresas adquiridas		(2.595)
Risco de crédito - FIES		10
Outros		(636)
	<u>50.515</u>	<u>41.641</u>

(i) Empresas adquiridas a partir de 2012.

(ii) A fim de facilitar a compreensão e permitir a reconciliação direta da provisão para devedores duvidosos, entre o balanço patrimonial e a demonstração do resultado do período, a Companhia entende que tal movimentação deve considerar como complemento o montante consolidado que resta sem recebimento após 180 dias da data do respectivo vencimento e como recuperação, o montante consolidado recebido/renegociado dos boletos que até o mês anterior não haviam sido liquidados.

Notas Explicativas**Estácio Participações S.A.**

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2014 (Consolidadas e da Controladora)
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Composição resultado

	Controladora	
	2014	2013
Resultado em operações de mútuo		
Juros pagos	1	
Resultado líquido em 30 de junho	1	

- (i) Em 30 de junho de 2014, a Companhia possui R\$ 9.962 aplicados no fundo BRZ Renda Fixa Fundo de Investimento CP, cujas cotas foram adquiridas pelo Fundo Exclusivo de Investimento Estapart do banco BTG Pactual. A GP Investimentos, acionista da Companhia até 20/09/2013, possui participação de 81% no capital social da BRZ Investimentos, gestora do Fundo BRZ. O Conselheiro de Administração Sr. Eduardo Alcalay tem relação com a GP Investimentos, na qualidade de Sócio Diretor e/ou Associado.

6 Despesas antecipadas

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2014	31 de dezembro de 2013	30 de junho de 2014	31 de dezembro de 2013
Seguros	31	122	1.574	2.073
IPTU a apropriar			4.612	
Material didático (i)			16.340	12.932
Antecipação de férias e encargos			4.839	41.920
Taxa de Credenciamento - MEC			2.840	2.573
Serviços profissionais	733		733	
Outras despesas antecipadas			1.224	571
Total	764	122	32.162	60.069
Ativo circulante	764	122	29.230	57.515
Ativo não circulante			2.932	2.554
	764	122	32.162	60.069

- (i) Refere-se aos custos incorridos com direito autoral, gráfica e postagem para produção de material didático a ser utilizado, parte no período e parte em período subsequente. São contabilizados como despesa antecipadas e apropriados ao longo do período de utilização.

Notas Explicativas**Estácio Participações S.A.****Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2014 (Consolidadas e da Controladora)**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7 Impostos e contribuições

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30 de junho de 2014</u>	<u>31 de dezembro de 2013</u>	<u>30 de junho de 2014</u>	<u>31 de dezembro de 2013</u>
IRPJ/IRRF	10.008	6.119	27.748	21.066
CSLL	1.329	828	5.817	4.600
PIS (i)	5	3	28.153	253
COFINS	8	1	1.011	848
ISS	77	77	19.303	17.601
INSS			5.582	11.112
FGTS			454	46
IOF	106	106	115	112
	<u>11.533</u>	<u>7.134</u>	<u>88.183</u>	<u>55.638</u>
Ativo circulante	7.296	651	63.920	30.004
Ativo não circulante	<u>4.237</u>	<u>6.483</u>	<u>24.263</u>	<u>25.634</u>
	<u>11.533</u>	<u>7.134</u>	<u>88.183</u>	<u>55.638</u>

- (i) No semestre findo em 30 de junho de 2014, a Companhia reconheceu um crédito de PIS referente a Ação Declaratória e de Repetição de Indébito distribuída pela SESES, em face da União Federal, referente aos anos de 1995 a 2005, representando o valor total e atualizado monetariamente pela Selic de R\$ 27.867.

8 Investimentos em controladas

	<u>Controladora</u>	
	<u>30 de junho de 2014</u>	<u>31 de dezembro de 2013</u>
Sociedade de Ensino Superior Estácio Sá Ltda. - Seses	774.068	626.935
IREP-Sociedade de Ensino Superior Médio e Fundamental Ltda.	639.886	484.405
Nova Academia de Concurso - Cursos Preparatórios Ltda.	16.508	16.280
Estácio Editora e Distribuidora Ltda.	<u>(27)</u>	<u>(24)</u>
	<u>1.430.435</u>	<u>1.127.596</u>

Notas Explicativas**Estácio Participações S.A.****Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2014 (Consolidadas e da Controladora) Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

As informações das controladas estão representadas a seguir:

2014								
Participação	Quantidade de quotas	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio líquido	Adiantamento para futuro aumento de capital	Ágio	Resultado da equivalência patrimonial	
Seses	100%	391.077	968.846	194.778	774.068		91.919	
Irep	100%	238.919	753.034	217.844	535.189	42.255	113.226	
Nova Academia de Concurso	100%	8.155	6.709	5.320	1.390	1.100	(872)	
Estácio Editora e Distribuidora Ltda.	100%	250	41	74	(332)		(3)	
Total - 30 de junho de 2014		<u>1.728.630</u>	<u>418.016</u>	<u>1.310.615</u>	<u>43.355</u>	<u>76.465</u>	<u>204.270</u>	
2013								
Participação	Quantidade de quotas	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio líquido	Adiantamento para futuro aumento de capital	Ágio	Resultado da equivalência patrimonial	
Seses	100%	340.577	774.453	148.018	626.435	500	106.000	
Irep	100%	211.000	630.238	236.193	394.045	27.918	133.953	
Nova Academia de Concurso	100%	6.370	4.425	3.613	812	1.450	(1.510)	
Estácio Editora e Distribuidora Ltda.	100%	250	42	71	(29)		(6)	
Total - 31 de dezembro de 2013		<u>1.409.158</u>	<u>387.895</u>	<u>1.021.263</u>	<u>29.868</u>	<u>76.465</u>	<u>238.437</u>	

O quadro abaixo representa a movimentação global dos investimentos em controladas nos período e exercício findos em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013:

Investimentos em controladas em 31 de dezembro de 2012	818.052
Equivalência patrimonial	238.437
Aumento de capital	38.975
Adiantamento para futuro aumento de capital	29.868
Dividendos	(58.118)
Reserva de retenção de lucros (i)	53.699
Opções outorgadas	<u>6.683</u>
Investimentos em controladas em 31 de dezembro de 2013	<u>1.127.596</u>
Equivalência patrimonial	204.270
Aumento de capital	50.000
Adiantamento para futuro aumento de capital	43.355
Opções outorgadas	<u>5.214</u>
Investimentos em controladas em 30 de junho de 2014	<u>1.430.435</u>

- (i) No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, as controladas IREP e SESES efetuaram propostas de dividendos no montante de R\$ 93.699. Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 17 de junho de 2013, relativa a esses dividendos propostos, foram aprovados R\$ 40.000, dos quais já foram pagos R\$ 26.000 e R\$ 14.000 em 26 de junho e 30 de outubro de 2013 respectivamente. O montante remanescente de R\$ 53.699 foi destinado à constituição de reserva de retenção de lucros.

As informações contábeis das controladas utilizadas para aplicação do método de equivalência patrimonial foram relativas à data-base 30 de junho de 2014.

Notas Explicativas**Estácio Participações S.A.****Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2014 (Consolidadas e da Controladora)**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**9 Intangível****Intangível - Controladora**

		31 de dezembro de 2012		30 de junho de 2013
		Custo	Adições	Custo
Custo				
Direito de uso de software		7	20	27
Fundo de comércio		818		818
		<u>825</u>	<u>20</u>	<u>845</u>
	Taxas de amortização	Amortização	Adições	Amortização
Depreciação				
Direito de uso de software	20% a.a.	(2)	(3)	(5)
Fundo de comércio	20% a.a.	(273)	(82)	(355)
		<u>(275)</u>	<u>(85)</u>	<u>(360)</u>
Saldo residual líquido		<u>550</u>	<u>(65)</u>	<u>485</u>
		31 de dezembro de 2013		30 de junho de 2014
		Custo	Adições	Custo
Custo				
Direito de uso de software		28		28
Fundo de comércio		818		818
		<u>846</u>		<u>846</u>
	Taxas de amortização	Amortização	Adições	Amortização
Depreciação				
Direito de uso de software	20% a.a.	(8)	(4)	(12)
Fundo de comércio	20% a.a.	(437)	(81)	(518)
		<u>(445)</u>	<u>(85)</u>	<u>(530)</u>
Saldo residual líquido		<u>401</u>	<u>(85)</u>	<u>316</u>

Notas Explicativas**Estácio Participações S.A.****Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2014 (Consolidadas e da Controladora)****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****Intangível - Consolidado**

	31 de dezembro de 2012				30 de junho de 2013	
	Custo	Adições	Baixas	Transf.	Custo	
Custo						
Ágio em aquisições de investimentos	204.190	25.246			229.436	
Direito de uso de software	70.565	7.602	(55)		78.112	
EAD e Integração	14.656	373			15.029	
CSC	1.940				1.940	
Central de Ensino	46.837	3.944			50.781	
Central de Relacionamento	2.348				2.348	
Hemisférios	1.346				1.346	
Arquitetura de TI	7.323	1.970			9.293	
Conteúdo de disciplinas On Line	4.628	839			5.467	
Fábrica de conhecimento EAD	4.505	3.490			7.995	
Fundo de Comércio	17.133	1.659			18.792	
Marcas e Patentes	2				2	
Outros	1.994	885			2.879	
	<u>377.467</u>	<u>46.008</u>	<u>(55)</u>		<u>423.420</u>	
	Taxas de amortização	Amortização	Adições	Baixas	Transf.	Amortização
Depreciação						
Ágio em aquisições de investimentos	Indefinida	(6.924)				(6.924)
Direito de uso de software	20% a.a.	(39.515)	(8.716)			(48.231)
EAD e Integração	20% a.a.	(9.118)	(1.426)			(10.544)
CSC	20% a.a.	(1.403)	(194)			(1.597)
Central de Ensino	5% a.a.	(6.425)	(935)			(7.360)
Central de Relacionamento	20% a.a.	(939)	(235)			(1.174)
Hemisférios	20% a.a.	(534)	(134)			(668)
Conteúdo de disciplina On line	20% a.a.		(463)			(463)
Fábrica de conhecimento EAD	20% a.a.		(113)			(113)
Fundo de Comércio	20% a.a.	(4.627)	(1.797)			(6.424)
Marcas e Patentes		(2)				(2)
Outros	20% a.a.	(82)	(60)			(142)
		<u>(69.569)</u>	<u>(14.073)</u>			<u>(83.642)</u>
Saldo residual líquido		<u>307.898</u>	<u>31.935</u>	<u>(55)</u>		<u>339.778</u>

Notas Explicativas**Estácio Participações S.A.**

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2014 (Consolidadas e da Controladora)
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31 de dezembro de 2013				30 de junho de 2014	
	Custo	Adições	Baixas	Transf.	Custo	
Custo						
Ágio em aquisições de investimentos	236.959		(524)		236.435	
Direito de uso de software	90.353	15.290		59	105.702	
EAD e Integração	15.303	575			15.878	
CSC	1.940				1.940	
Central de Ensino	54.154	3.371			57.525	
Central de Relacionamento	2.348				2.348	
Hemiférios	1.346				1.346	
Arquitetura de TI	12.197	1.907			14.104	
Conteúdo de disciplina On line	5.770	48			5.818	
Fábrica de conhecimento EAD	10.814	3.340			14.154	
Fundo de Comércio	26.429	795			27.224	
Outros	5.377	1.370			6.747	
	<u>462.990</u>	<u>26.696</u>	<u>(524)</u>	<u>59</u>	<u>489.221</u>	
	Taxas de amortização	Amortização	Adições	Baixas	Transf.	Amortização
Depreciação						
Ágio em aquisições de investimentos	Indefinida	(6.924)				(6.924)
Direito de uso de software	20% a.a.	(50.162)	(9.155)		(59)	(59.376)
EAD e Integração	20% a.a.	(11.851)	(718)			(12.569)
CSC	20% a.a.	(1.791)	(149)			(1.940)
Central de Ensino	5% a.a.	(8.420)	(1.154)			(9.574)
Central de Relacionamento	20% a.a.	(1.409)	(234)			(1.643)
Hemiférios	20% a.a.	(803)	(135)			(938)
Conteúdo de disciplina On line	20% a.a.	(1.010)	(577)			(1.587)
Fábrica de conhecimento EAD	20% a.a.	(317)	(270)			(587)
Fundo de Comércio	20% a.a.	(10.797)	(1.523)			(12.320)
Outros	20% a.a.	(205)	(71)			(276)
		<u>(93.689)</u>	<u>(13.986)</u>		<u>(59)</u>	<u>(107.734)</u>
Saldo residual líquido		<u>369.301</u>	<u>12.710</u>	<u>(524)</u>		<u>381.487</u>

Notas Explicativas**Estácio Participações S.A.****Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2014 (Consolidadas e da Controladora)**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, o ágio apurado nas aquisições em investimentos estava representado da seguinte forma:

	Consolidado	
	30 de junho de 2014	31 de dezembro de 2013
Ágio em aquisições de investimentos (Nota 2.3)		
IREP	89.090	89.090
ATUAL	15.503	15.503
<i>Seama</i>	18.035	18.035
<i>Idez</i>	2.047	2.047
<i>Uniuol</i>	956	956
<i>Fargs</i>	8.055	8.055
<i>São Luis</i>	27.369	27.369
<i>Facitec</i>	26.654	27.124
<i>Assesc</i>	4.724	4.778
FAL	8.076	8.076
FATERN	14.979	14.979
Nova Academia	14.018	14.018
Estacio Editora	5	5
	<u>229.511</u>	<u>230.035</u>

A Companhia avalia anualmente para *impairment*, sendo a última avaliação efetuada por conta do encerramento do exercício de 31 de dezembro de 2013, estes ágios apurados em aquisições de investimentos e incorporações, decorrentes da expectativa de rentabilidade futura, com base em projeções de resultados futuros para um período de 5 anos, utilizando taxa nominal de 5,0 % ao ano como taxa de crescimento na perpetuidade (equivalente à taxa de inflação de longo prazo, não considerando qualquer crescimento real) e uma única taxa de desconto nominal de 14,6% para descontar os fluxos de caixa futuros estimados. O teste de recuperação dos ativos efetuado não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas.

Quando o valor contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (*impairment*). A redução no valor recuperável é registrada no resultado do exercício.

A administração determinou a margem bruta orçada com base no desempenho passado e em suas expectativas para o desenvolvimento do mercado. As taxas de crescimento médias ponderadas utilizadas são consistentes com as previsões incluídas nos relatórios do setor. As taxas de desconto utilizadas correspondem às taxas antes dos impostos e refletem riscos específicos em relação aos segmentos operacionais relevantes.

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

Notas Explicativas**Estácio Participações S.A.****Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2014 (Consolidadas e da Controladora)
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****Imobilizado - Consolidado**

	31 de dezembro de 2012				30 de junho de 2013	
	Custo	Adições por combinação de negócios	Adições	Baixas	Transf.	Custo
Custo						
Terrenos	19.480					19.480
Edificações	84.610		114			84.724
Benfeitorias em imóveis de terceiros	101.081		456		158	101.695
Móveis e utensílios	52.035	197	2.473	(16)		54.689
Computadores e periféricos	82.590	248	1.719	(8)		84.549
Máquinas e equipamentos	64.181	336	1.788	(35)		66.270
Equipamentos de atividades físicas / hospitalares	25.523		1.051	(6)		26.568
Biblioteca	78.792	1.103	4.251			84.146
Instalações	12.526	40	856			13.422
Tablets	16.649		5.134			21.783
Outros	8.509	77	1.138	(43)		9.681
Construções em andamento	24.328		3.493	(95)	(158)	27.568
Desmobilização	12.060					12.060
	<u>582.364</u>	<u>2.001</u>	<u>22.473</u>	<u>(203)</u>		<u>606.635</u>
	Taxas de depreciação	Depreciação	Adições	Baixas	Transf.	Depreciação
Depreciação						
Edificações	1,67% a.a.	(38.159)	(569)			(38.728)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	11,11% a.a.	(65.217)	(4.392)			(69.609)
Móveis e utensílios	8,33% a.a.	(27.347)	(1.739)			(29.086)
Computadores e periféricos	25% a.a.	(53.826)	(7.021)			(60.847)
Máquinas e equipamentos	8,33% a.a.	(37.906)	(3.014)			(40.920)
Equipamentos de atividades físicas / hospitalares	6,67% a.a.	(11.390)	(573)			(11.963)
Biblioteca	5% a.a.	(33.077)	(1.563)			(34.640)
Instalações	8,33% a.a.	(4.911)	(498)			(5.409)
Tablets	20,00% a.a.	(1.718)	(1.150)			(2.868)
Outros	14,44% a.a.	(3.253)	(333)			(3.586)
Desmobilização		(10.900)	(730)			(11.630)
		<u>(287.704)</u>	<u>(21.582)</u>			<u>(309.286)</u>
Saldo residual líquido		<u>294.660</u>	<u>2.001</u>	<u>891</u>	<u>(203)</u>	<u>297.349</u>

Notas Explicativas**Estácio Participações S.A.**

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2014 (Consolidadas e da Controladora)
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Imobilizado - Consolidado

	31 de dezembro de 2013		Adições por combinação de negócios			30 de junho de 2014	
	Custo		Adições	Baixas	Transf.	Custo	
Custo							
Terrenos	19.480					19.480	
Edificações	89.993		503	(450)	1.759	91.805	
Benfeitorias em imóveis de terceiros	131.673		5.925		6.419	144.017	
Móveis e utensílios	62.766		3.838	(92)		66.512	
Computadores e periféricos	93.131		4.128	(1.144)		96.115	
Máquinas e equipamentos	73.535		1.123	(103)		74.555	
Equipamentos de atividades físicas / hospitalares	32.147		3.075	(30)		35.192	
Biblioteca	96.448		4.363			100.811	
Instalações	17.516		3.403			20.919	
Tablets	32.126		6.699	(2)		38.823	
Outros	10.020		489	(28)		10.481	
Construções em andamento	11.131		8.340		(8.178)	11.293	
Desmobilização	11.650			(12)		11.638	
	<u>681.616</u>		<u>41.886</u>	<u>(1.861)</u>		<u>721.641</u>	
		Taxas de depreciação	Depreciação	Adições	Baixas	Transf.	Depreciação
Depreciação							
Edificações	1,67% a.a.	(39.204)	(626)	67		(39.763)	
Benfeitorias em imóveis de terceiros	11,11% a.a.	(79.860)	(5.980)			(85.840)	
Móveis e utensílios	8,33% a.a.	(33.498)	(2.059)	77		(35.480)	
Computadores e periféricos	25% a.a.	(69.383)	(7.045)	1.224		(75.204)	
Máquinas e equipamentos	8,33% a.a.	(46.694)	(4.468)	858		(50.304)	
Equipamentos de atividades físicas / hospitalares	6,67% a.a.	(12.772)	(828)	28		(13.572)	
Biblioteca	5% a.a.	(39.679)	(1.846)			(41.525)	
Instalações	8,33% a.a.	(6.098)	(767)			(6.865)	
Tablets	20,00% a.a.	(3.918)	(2.557)			(6.475)	
Outros	14,44% a.a.	(4.906)	(379)	8		(5.277)	
Desmobilização		(9.990)	(277)	116		(10.151)	
		<u>(346.002)</u>	<u>(26.832)</u>	<u>2.378</u>		<u>(370.456)</u>	
Saldo residual líquido		<u>335.614</u>	<u>15.054</u>	<u>517</u>		<u>351.185</u>	

Notas Explicativas

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2014 (Consolidadas e da Controladora) Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Conforme mencionado na Nota 11, determinados bens adquiridos através de financiamento foram dados em garantia aos respectivos contratos. A Companhia não concedeu outras garantias de bens de sua propriedade em nenhuma transação efetuada.

Máquinas e equipamentos de informática incluem os seguintes valores nos casos em que o Grupo é arrendatário em uma operação de arrendamento financeiro:

		31 de dezembro de 2013		30 de junho de 2014	
		Custo	Adições	Baixas	Custo
Custo					
Arrendamentos financeiros capitalizados		48.392			48.392
		<u>48.392</u>			<u>48.392</u>
	Taxa de depreciação	Depreciação	Adições	Baixas	Depreciação
Depreciação					
Arrendamentos financeiros capitalizados	25% a.a.	(35.625)	(2.939)		(38.564)
		<u>(35.625)</u>	<u>(2.939)</u>		<u>(38.564)</u>
Saldo contábil líquido		<u>12.767</u>	<u>(2.939)</u>		<u>9.828</u>

O Grupo arrenda diversas máquinas e equipamentos, segundo contratos de arrendamento financeiros não canceláveis. Os prazos dos arrendamentos são de três a quatro anos e a propriedade dos ativos é do Grupo.

Teste de redução ao valor recuperável de ativos - "impairment"

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 (IAS 36), "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", os itens do ativo imobilizado, que apresentam indicativos de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação (valor de mercado), são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A administração efetuou análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos e não identificou mudanças de circunstâncias ou sinais de obsolescência tecnológica. Em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, não existia necessidade de registrar qualquer provisão para perda em seus ativos imobilizados.

Notas Explicativas

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2014 (Consolidadas e da Controladora)
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11 Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Encargos financeiros	Controladora		Consolidado	
		30 de junho de 2014	31 de dezembro de 2013	30 de junho de 2014	31 de dezembro de 2013
Em moeda nacional					
Capital de giro	1,70% a.m e/ou CDI + 0,25% a.m				228
Contratos de arrendamento mercantil	IGPM + 12,3% a.a		1.010		1.010
Contratos de arrendamento mercantil Colortel	INPC + 0,32% a.a			3.546	5.721
Contratos de arrendamento mercantil Assist				320	653
Contratos de arrendamento mercantil CIT				889	0
Contratos de arrendamento mercantil Total Service				59	113
Empréstimo IFC	CDI +1,53% a.a	63.775	66.914	63.775	66.914
Gastos IFC		(2.354)	(2.519)	(2.354)	(2.519)
Emissão de Debêntures	CDI +1,60% a.a	202.249	202.166	202.249	202.166
Gastos Emissão de Debêntures		(879)	(1.007)	(879)	(1.007)
Opção de Recompra de Ações Banco Itaú		34	34	34	34
Empréstimo - FEE BNB	3% a.a			1.364	1.593
		<u>262.825</u>	<u>266.598</u>	<u>269.003</u>	<u>274.906</u>
Passivo circulante		12.209	31.246	16.245	36.692
Passivo não circulante		<u>250.616</u>	<u>235.352</u>	<u>252.758</u>	<u>238.214</u>
		<u>262.825</u>	<u>266.598</u>	<u>269.003</u>	<u>274.906</u>

Os custos de captação somam R\$ 3.233 em 30 de junho de 2014, sendo R\$ 2.354 dos empréstimos com o IFC (R\$ 516 do 1º empréstimo e R\$ 1.838 do 2º empréstimo) e R\$ 879 das debêntures.

Os montantes registrados no passivo não circulante em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013 apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2014	31 de dezembro de 2013	30 de junho de 2014	31 de dezembro de 2013
2015	4.238	49.118	4.922	51.310
2016	8.763	68.613	9.905	69.067
2017	8.763	88.613	9.079	88.829
2018	108.763	8.863	108.763	8.863
2019	108.762	8.863	108.762	8.863
2020	8.886	8.863	8.886	8.863
2021	<u>2.441</u>	<u>2.419</u>	<u>2.441</u>	<u>2.419</u>
Passivo não circulante	<u>250.616</u>	<u>235.352</u>	<u>252.758</u>	<u>238.214</u>

Os recursos captados estão sendo utilizados para reforço de caixa para fazer frente à política de expansão que inclui, mas não se limita, a aquisições de empresas do setor e/ou a criação de novos campi.

Os valores dos empréstimos do Grupo são denominados em reais.

Notas Explicativas

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2014 (Consolidadas e da Controladora) Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Contratos de arrendamento mercantil

Em garantia dos arrendamentos mercantis foram oferecidas notas promissórias avaliadas pelos sócios e os próprios bens arrendados, no valor de R\$ 48.392.

(b) Empréstimo IFC

Em garantia dos empréstimos captados junto ao IFC foram oferecidos recebíveis das unidades da IREP e UNESA em contas vinculadas, não havendo penhora de bens, fianças ou aplicações financeiras caucionadas, ficando estabelecido um fluxo mensal mínimo nestas contas de R\$ 33.000.

Esses empréstimos contêm cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros com parâmetros pré-estabelecidos. Nas informações contábeis intermediárias de 30 de junho de 2014, a Companhia e suas controladas atingiram todos os índices requeridos contratualmente.

(c) Debêntures

Assim como os contratos de empréstimos com o IFC, as debêntures também possuem cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros com parâmetros pré-estabelecidos. Nas informações contábeis intermediárias de 30 de junho de 2014, a Companhia e suas controladas atingiram todos os índices requeridos contratualmente.

As debêntures foram emitidas na forma nominativa e escritural, sem a emissão de certificados. São da espécie quirografária, simples, não conversíveis em ações. Em 20 de maio de 2014, foi realizada a 2ª Assembleia Geral de Debenturistas (AGD), que deliberou pela aprovação da repactuação da presente emissão.

Os títulos farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI, acrescida de uma sobretaxa de 1,50% ao ano e o seu vencimento (principal) ocorrerá em 25 de novembro de 2019, ressalvadas a oferta de resgate antecipado e hipóteses de vencimento antecipado, previstos na escritura. Os juros são pagos semestralmente (maio e novembro).

Abaixo o fluxo de pagamento das debêntures:

	2014
2014	2.249
2018	100.000
2019	100.000
	<u>202.249</u>

O valor justo da parte dos empréstimos classificados no circulante é igual ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo. Os valores justos baseiam-se nos fluxos de caixa descontados, utilizando-se uma taxa embasada na taxa de empréstimo de 12,48% (2013 - 11,52%).

A taxa efetiva de juros das debêntures (TIR) anual é de 11,73%.

Notas Explicativas**Estácio Participações S.A.**

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2014 (Consolidadas e da Controladora)
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12 Salários e encargos sociais

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30 de junho de 2014</u>	<u>31 de dezembro de 2013</u>	<u>30 de junho de 2014</u>	<u>31 de dezembro de 2013</u>
Salários e encargos sociais a pagar	119	135	76.262	64.956
Provisão de férias			44.294	14.716
Provisão de 13º salário			<u>22.033</u>	
	<u>119</u>	<u>135</u>	<u>142.589</u>	<u>79.672</u>

13 Obrigações tributárias

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30 de junho de 2014</u>	<u>31 de dezembro de 2013</u>	<u>30 de junho de 2014</u>	<u>31 de dezembro de 2013</u>
ISS a recolher	3	4	14.489	13.212
IRRF a recolher	41	40	7.089	6.282
PIS e COFINS a recolher	26	(7)	898	759
IOF			<u>384</u>	<u>384</u>
	<u>70</u>	<u>37</u>	<u>22.860</u>	<u>20.637</u>
IRPJ a recolher	3.184	1.551	12.511	9.660
CSLL a recolher	<u>1.162</u>	<u>568</u>	<u>4.685</u>	<u>3.725</u>
	<u>4.346</u>	<u>2.119</u>	<u>17.196</u>	<u>13.385</u>
	<u>4.416</u>	<u>2.156</u>	<u>40.056</u>	<u>34.022</u>

14 Parcelamentos de tributos

	<u>Consolidado</u>	
	<u>30 de junho de 2014</u>	<u>31 de dezembro de 2013</u>
IRPJ	67	67
CSLL	107	107
FGTS	12	12
ISS	840	1.008
PIS	85	85
COFINS	320	323
INSS	<u>6.452</u>	<u>6.832</u>
	<u>7.883</u>	<u>8.434</u>
Passivo circulante	1.367	1.495
Passivo não circulante	<u>6.516</u>	<u>6.939</u>
	<u>7.883</u>	<u>8.434</u>

Mensalmente o saldo de parcelamentos é atualizado pela SELIC.

Notas Explicativas**Estácio Participações S.A.****Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2014 (Consolidadas e da Controladora)****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Referem-se basicamente a parcelamentos de tributos junto às Prefeituras, Receita Federal e Previdência Social e os seus vencimentos são apresentados abaixo:

	Consolidado	
	30 de junho de 2014	31 de dezembro de 2013
2015	456	777
2016	777	777
2017	777	777
2018 a 2027	4.506	4.608
	<u>6.516</u>	<u>6.939</u>

15 Preço de aquisição a pagar

	Consolidado	
	30 de junho de 2014	31 de dezembro de 2013
Fal	545	785
Fatern	1.062	1.529
Seama	-	2.011
Idez	226	217
Fargs	1.161	1.108
Uniuol	480	461
Facitec	17.750	19.032
São Luís	13.495	12.848
Assesc	1.244	1.481
	<u>35.963</u>	<u>39.472</u>
Passivo circulante	21.562	22.206
Passivo não circulante	14.401	17.266
	<u>35.963</u>	<u>39.472</u>

Refere-se basicamente ao valor a pagar aos antigos proprietários, referente à aquisição das empresas relacionadas, sendo corrigido mensalmente por um dos seguintes índices: taxa SELIC ou IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) ou variação do CDI.

Notas Explicativas**Estácio Participações S.A.**

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2014 (Consolidadas e da Controladora)
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16 Provisões para contingências

As controladas são partes envolvidas em processos de naturezas cível, trabalhista e tributária que estão sendo discutidos nas esferas apropriadas. A administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos externos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas potenciais com essas ações em curso.

Em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a provisão para contingências era composta da seguinte forma:

	Consolidado			
	30 de junho de 2014		31 de dezembro de 2013	
	Provisão contingências	Depósitos Judiciais	Provisão contingências	Depósitos Judiciais
Cíveis	2.967	18.764	3.250	17.491
Trabalhistas	23.134	81.760	25.130	78.319
Tributárias		14.764		8.248
	<u>26.101</u>	<u>115.288</u>	<u>28.380</u>	<u>104.058</u>

A movimentação da provisão para contingências está demonstrada a seguir:

	Consolidado			
	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013		25.130	3.250	28.380
Adições		12.803	825	13.628
Reversões		(14.799)	(1.108)	(15.907)
Saldos em 30 de junho de 2014		<u>23.134</u>	<u>2.967</u>	<u>26.101</u>

Nos períodos findos em 30 de junho de 2013 e de 2014, a despesa com provisão para contingências reconhecida na demonstração do resultado na rubrica 'despesas gerais e administrativas', estava representada da seguinte forma:

	2014	2013
Composição resultado		
Adições	13.628	16.701
Reversões	(15.907)	(14.472)
Reversão Responsabilidade antigos quotistas		(161)
Outros		(69)
Despesas gerais e administrativas (Nota 25)	<u>(2.279)</u>	<u>1.999</u>

(a) Cíveis

A maior parte das ações envolve, principalmente, pedidos de indenização por danos materiais e morais, decorrentes de cobranças indevidas, demora na expedição de diplomas, não devolução de taxas de matrículas de cursos de férias, entre outros problemas de caráter operacional e/ou acadêmico.

Notas Explicativas**Estácio Participações S.A.**

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2014 (Consolidadas e da Controladora)
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As provisões constituídas para processos de natureza cível decorrem dos seguintes objetos:

Objetos	Em milhares de reais
Indenização danos morais	2.086
Cobrança indevida	504
Impedimento de matrícula/rematrícula	62
Problemas com disciplina	42
Devolução de taxas	41
Demora expedição de diploma	33
Outros*	199
	<u>2.967</u>

- Tratam-se de ações decorrentes de outros problemas de caráter operacional e/ou acadêmico, Ações Cíveis Públicas, Ações Renovatórias/Revisionais e demais indenizatórias.

(b) Trabalhistas

Os principais pedidos das reclamações trabalhistas são horas extras, férias não gozadas, reconhecimento de vínculo empregatício, equiparação salarial e diferenças salariais decorrentes de redução de cargas horárias de determinados professores.

As provisões constituídas para processos de natureza trabalhista decorrem dos seguintes objetos:

Objetos	Valores
Diferenças salariais+ Redução de carga horária + Multa CCT + FGTS + Aviso	4.995
Multas (ART. 467 CLT, ART. 477 CLT E CCT/ACT)	3.680
Horas extras + Supressão Inter + Intra	3.243
Dano Moral/Material/Assédio Moral	2.544
Retificação CTPS + Rescisão indireta + Reconhecimento vínculo	1.401
Férias	1.313
Adicionais (insalubridade/noturno/aprimoramento/ tempo de serviço/periculosidade)	876
Desvio de função e equiparação	789
Outros*	4.293
	<u>23.134</u>

(*) Pedidos complementares aos principais descritos acima (reflexos) e honorários do sindicato.

(c) Tributárias

Os consultores jurídicos da Companhia efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza tributária e, em razão da inexistência de processos classificados com risco de perda provável, a Administração entendeu ser desnecessária a manutenção de qualquer provisão para tais ações.

Notas Explicativas**Estácio Participações S.A.**

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2014 (Consolidadas e da Controladora)
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

A Companhia possui ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	Consolidado	
	30 de junho de 2014	31 de dezembro de 2013
Tributárias	349.881	348.689
Cíveis	102.025	89.038
Trabalhistas	45.538	71.309
	<u>497.444</u>	<u>509.036</u>

Dentre as principais ações não provisionadas nas informações financeiras, podemos destacar:

- (i) Em 2011, foram lavrados 04 Autos de Infração pela Secretaria da Receita Federal, tendo por objetos supostos débitos de contribuições previdenciárias, relativos ao período de janeiro de 2006 a janeiro de 2007 e descumprimento de obrigações acessórias. Atualmente, as referidas impugnações estão pendentes de julgamento na Delegacia Especial da Secretaria da Receita Federal do Brasil de Maiores Contribuintes no Rio de Janeiro - DEMAC/RJO. Em agosto de 2012, a foi proferida decisão de 1ª instância administrativa que deu provimento parcial às impugnações da Companhia, para reconhecer a decadência e excluir dos lançamentos o período de janeiro a julho de 2006, tendo sido mantidos os demais argumentos da fiscalização. Foram interpostos recursos administrativos, os quais se encontram pendentes de julgamento perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. O valor total envolvido, sem considerar os efeitos da decadência, é de R\$ 190.046. De acordo com a opinião dos assessores jurídicos externos, a possibilidade de perda nesses processos é possível;
- (ii) Em 2009, foi interposta Ação Ordinária distribuída pela SESES, em face da União Federal/Fazenda Nacional, através da qual pleiteia autorização para recolher as contribuições previdenciárias, de acordo com a gradação prevista no artigo 13 da Lei No. 11.096/05 ("Lei do PROUNI"), tendo essa gradação início a partir do 1º mês de realização da assembleia geral que autorizou a transformação da sua natureza jurídica para sociedade com fins lucrativos, ocorrida em fevereiro de 2007, resultando, por conseguinte, na seguinte gradação para recolhimento das contribuições previdenciárias pela SESES: 20% em 2007; 40% em 2008; 60% em 2009; 80% em 2010 e 100% em 2011, em detrimento do entendimento da fiscalização do INSS, a qual defende que a contagem do prazo de cinco anos para a aplicação da gradação dos percentuais previstos no referido artigo 13 da Lei do PROUNI teria o seu início com a publicação da referida Lei, o que ocorreu em 2005. Em 7 de agosto de 2012 o TRF julgou favoravelmente a apelação da Companhia. Sendo assim, de acordo com a referida decisão, o início da fruição se dá a partir da data da Assembleia de Acionistas que alterou a natureza jurídica da SESES e não a data da publicação da Lei do Prouni. Atualmente, o processo aguarda julgamento do recurso interposto pela Fazenda Nacional. A classificação de risco de perda atribuída pelos consultores externos é de possível e o valor estimado da demanda é de R\$ 11.900; e
- (iii) Em razão da divergência de entendimento acerca do previsto no artigo 13 da Lei No. 11.096/05 ("Lei do PROUNI"), conforme mencionado no item (ii) acima, foram distribuídas Execuções

Notas Explicativas

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2014 (Consolidadas e da Controladora) Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Fiscais pela Fazenda Nacional visando a cobrança judicial de débitos referentes a alegadas diferenças de recolhimentos de contribuições previdenciárias. Foram apresentados os respectivos embargos a essas execuções, os quais encontram-se pendentes de julgamento. O valor total envolvido é de R\$ 68.623. De acordo com a opinião dos nossos assessores jurídicos externos, a possibilidade de perda nesses processos é possível.

17 Adiantamentos de convênio

Em 3 de agosto de 2006, foi efetuado contrato de parceria entre as controladas da Companhia e o Unibanco com prazo de vigência até 31 de julho de 2011, onde o objeto principal deste contrato era o de conceder exclusividade/ preferência ao Unibanco na oferta e no fornecimento de produtos e serviços aos alunos, funcionários e fornecedores, bem como de ser o principal provedor de serviços financeiros.

Em contrapartida à exclusividade concedida ao Unibanco, e pela manutenção dessa condição durante toda a vigência do contrato, ou seja, até 31 de julho de 2011, o Unibanco pagou as empresas controladas uma receita fixa de R\$ 15.954, que está sendo apropriada ao resultado por tal prazo contratual. Em 18 de fevereiro de 2008, sem que tenha havido mudanças significativas nas principais cláusulas contratuais, as partes firmaram novo acordo prorrogando a parceria até 18 de fevereiro de 2018. Em contrapartida à exclusividade concedida ao Unibanco, e pela manutenção dessa condição durante toda a vigência do contrato, o Unibanco pagou à Companhia uma quantia adicional de R\$ 18.000. Em 30 de junho de 2014, o saldo da receita antecipada pelo convênio de reciprocidade bancária montava R\$ 10.584 (R\$ 12.028 em 31 de dezembro de 2013), sendo R\$ 2.887 classificado no passivo circulante, o qual será amortizado pelo prazo contratual.

18 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social poderá ser aumentado pelo Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 1.000.000.000 (um bilhão) de ações. Em 30 de junho de 2014 o capital social é representado por 297.394.488 ações ordinárias.

A composição acionária do capital da Companhia em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, é como segue:

	Ações ordinárias			
	30 de junho de 2014	%	31 de dezembro de 2013	%
Acionistas				
Administradores e Conselheiros	3.468.661	1,2	3.379.507	1,2
Tesouraria	1.796.700	0,6	1.796.700	0,6
Outros (*)	<u>292.129.127</u>	<u>98,2</u>	<u>290.035.939</u>	<u>98,2</u>
	<u><u>297.394.488</u></u>	<u><u>100,0</u></u>	<u><u>295.212.146</u></u>	<u><u>100,0</u></u>

(*) Free float.

Notas Explicativas

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2014 (Consolidadas e da Controladora) Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Durante 2013, a Companhia realizou oferta pública de ações e, como resultado, o seu capital social foi aumentado em R\$ R\$ 616.858 correspondentes a 44.061.300 ações. Também durante 2013, a Companhia teve seu capital social aumentado em R\$ 24.510, correspondentes a 3.634.793 ações, como resultado do exercício de opção de compras de ações.

Na Assembleia de 22 de abril de 2014 foi aprovada a emissão privada de 2.182.342 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, com consequente aumento de capital social da Companhia no valor de R\$ 17.365, dentro do limite do capital autorizado, a fim de atender ao exercício das opções outorgadas aos beneficiários do plano de opção de compra de ações.

Em 20 de setembro de 2013, a Estácio Participações S.A., em cumprimento ao que estabelece o artigo 12, parágrafo 4º, da instrução CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, conforme alterada pela Instrução CVM nº 449, de 16 de março de 2007, comunicou ter recebido da Private Equity Partners C, LLC e o GPCP4- Fundo de Investimento em participações, correspondência na qual informou à Companhia que, em 19 de setembro de 2013, alienou a totalidade de sua participação acionária na Companhia, cuja liquidação de referida venda se deu somente no dia 23 de setembro de 2013.

Em 30 de junho de 2014, o capital está dividido em 297.394.488 ações ordinárias nominativas.

(b) Movimentação das ações do capital

Em 31 de dezembro de 2013	295.212.146
Emissão de ações ordinárias, para atender ao exercício das opções outorgadas - Ata do Conselho de Administração 22 de abril de 2014	<u>2.182.342</u>
Em 30 de junho de 2014	<u><u>297.394.488</u></u>

As ações que compõem o capital não possuem valor nominal.

O custo com emissão de ações referente à oferta pública no exercício de 2013 foi de R\$ 24.033.

(c) Ações em tesouraria

Em Reunião do Conselho de Administração do dia 12 de maio de 2010, foi aprovado, por unanimidade, o 1º Programa de Recompra de nossas ações, em bolsa de valores, de até 1.527.788 ações ordinárias equivalente à 7,21% do capital social.

Notas Explicativas

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2014 (Consolidadas e da Controladora) Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 11 de maio de 2011 o programa foi encerrado e foram adquiridas 59.000 (cinquenta e nove mil) ações ordinárias, equivalente a 3,86% do total de ações previstas para o Programa.

Um novo programa foi aberto em 14 de julho de 2011, foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, o 2º Programa de Recompra de Ações, que teve por objetivo aplicar recursos disponíveis, observado o limite do saldo de lucros ou reservas em 31 de dezembro de 2010, de forma a maximizar a geração de valor para o acionista, dentro de um limite estipulado de até 3.323.796 ações ordinárias equivalente à 5% do capital social da Companhia. Foram adquiridas 193.500 (cento e noventa e três mil e quinhentas) ações ordinárias, equivalentes a 5,82% do total de ações previstas para o programa.

Em complemento ao 2º Programa de Recompra, o Conselho de Administração aprovou em reunião realizada em 27 de setembro de 2011, autorizou a recompra de ações de sua própria emissão, mediante a contratação de opções de compra ("calls"), e o lançamento de opções de venda ("puts" e conjuntamente opções) referenciadas em ações de emissão da Companhia, para fins de cancelamento, permanência em tesouraria e / ou posterior alienação, podendo ainda ser utilizadas para atender ao eventual exercício de opções no âmbito dos programas de opção de recompra de ações da Companhia, nos termos da instrução CVM nº390/03, intermediada pelo Itaú. Essa operação carregou um custo de renda fixa pós-fixada na medida em que a obrigação da Companhia representou o valor desembolsado pela instituição financeira na data da recompra, acrescida a uma taxa pré-fixada equivalente à taxa DI mais spread.

Após o encerramento do 2º programa de recompra de ações em 13 de julho de 2012, a Companhia começou a realizar o exercício das opções do programa de recompra com derivativos, sendo a primeira call exercida em 17 de setembro de 2012.

O programa foi encerrado em 15 de abril de 2013 após o exercício da última call, no total a Companhia exerceu a opção de compra de 1.007.700 (hum milhão sete mil e setecentas) ações a um preço médio de R\$ 7,09.

	<u>Quantidade</u>	<u>Custo médio</u>	<u>Saldo</u>
Ações em tesouraria em 30 de junho de 2014	1.796.700	6,32	11.348

(d) Reservas de capital

(d.1) Ágio na subscrição de ações

A reserva de ágio refere-se à diferença entre o preço da subscrição que os acionistas pagaram pelas ações e o seu valor nominal. Por se tratar de uma reserva de capital, somente poderá ser utilizada para aumento de capital, absorção de prejuízos, resgate, reembolso ou compra de ações ou pagamento de dividendo cumulativo a ações preferenciais.

Notas Explicativas

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2014 (Consolidadas e da Controladora)
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O valor do ágio na subscrição de ações nas informações contábeis intermediárias no período findo em 30 de junho de 2014 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, é composto da seguinte forma:

	<u>Controladora</u>	
	<u>30 de junho de 2014</u>	<u>31 de dezembro de 2013</u>
Reserva de impostos	3	3
Lucros não distribuíveis (i)	96.477	96.477
Reserva especial de ágio na incorporação	<u>85</u>	<u>85</u>
	<u>96.565</u>	<u>96.565</u>

- (i) Lucros auferidos em períodos anteriores a transformação da Companhia em sociedade empresarial

(d.2) Opções de outorgas

A Companhia constituiu a Reserva de Capital para Opções de Ações outorgadas no montante de R\$ 5.214 durante o semestre findo em 30 de junho de 2014 (R\$ 6.683 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013), conforme mencionado na Nota 21(b). Como o pronunciamento técnico requer, o valor justo das opções foi determinado na data da outorga e está sendo reconhecido pelo período de aquisição do direito (*vesting period*), até a data dessas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

(e) Reservas de lucros

(e.1) Reserva legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite, a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva de capital somente poderá ser utilizada para aumento de capital social ou para compensar prejuízos acumulados.

(e.2) Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, em conformidade com o art. 196 da Lei das Sociedades por Ações.

Em 31 de dezembro de 2013, dos resultados acumulados pela Companhia, foi destinado o valor de R\$ 174.354 a reserva de retenção de lucros (2012 - R\$ 78.152), objetivando a realização dos investimentos previstos no orçamento de capital da Companhia, preparado por sua Administração. A Assembleia Geral Ordinária foi realizada em 30 de abril de 2014.

Notas Explicativas

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2014 (Consolidadas e da Controladora) Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19 Instrumentos financeiros e análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros foram determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas para cada situação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas aqui apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes informações de mercado e/ou metodologias de avaliação poderá ter um efeito relevante no montante do valor de mercado.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013 encontram-se registrados nas contas patrimoniais e por valores compatíveis com aqueles praticados no mercado. Os principais estão descritos a seguir, bem como os critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores de mercado:

(a) Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Os valores contabilizados se aproximam dos valores de mercado em razão do vencimento a curto prazo desses instrumentos.

(b) Empréstimos e financiamentos

São mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva.

(c) Contas a receber

São classificados como empréstimos e recebíveis, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, os quais aproximam-se ao valor de mercado.

(d) Demais instrumentos financeiros ativos e passivos

Os valores estimados de realização de ativos e passivos financeiros do Grupo foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

Fatores de riscos financeiros

Todas as operações do Grupo são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos. A administração constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa em montante julgado suficiente para cobrir possíveis riscos de realização das contas a receber; portanto, o risco de incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados encontra-se mensurado e registrado contabilmente. Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio do Grupo podem ser assim enumerados:

(a) Risco de crédito

Decorre de eventual dificuldade de cobrança dos valores dos serviços prestados.

O Grupo também está sujeito a risco de crédito proveniente de suas aplicações financeiras.

Notas Explicativas

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2014 (Consolidadas e da Controladora)
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O risco de crédito relativo à prestação de serviços é minimizado por um controle estrito da base de alunos, pelo gerenciamento ativo da inadimplência e pela pulverização dos saldos.

Com relação ao risco de crédito associado às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas atuam de acordo com a Política de Investimento e Derivativos Financeiros, aprovada pelo Conselho de Administração. Os saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e depósitos judiciais encontram-se com instituições financeiras com riscos de crédito AA a AAA de acordo com agência de crédito Standard & Poor's, Fitch e Moody's.

(b) Risco de taxa de juros

O Grupo está exposto à oscilação da taxa CDI (Certificado de Depósito Interbancário), que remunera suas aplicações financeiras e suas dívidas, conforme mencionado na nota 19 (e). Adicionalmente, qualquer aumento nas taxas de juros poderá elevar o custo dos empréstimos estudantis, inclusive os empréstimos nos termos do FIES, e reduzir a demanda em relação aos cursos.

(c) Risco de taxa de câmbio

O resultado do Grupo não é suscetível a sofrer variações pela volatilidade da taxa de câmbio, pois o Grupo não possui operações significativas em moeda estrangeira.

(d) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade do Grupo não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função dos diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa do Grupo é monitorado diariamente pelas áreas de Gestão do Grupo, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para o Grupo. Não houve mudança relevante nos instrumentos financeiros passivos do Grupo em 30 de junho de 2014 em relação a 31 de dezembro de 2013.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Consolidado			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 30 de junho de 2014				
Fornecedores	36.833			
Empréstimos	40.858	39.708	300.950	18.992
Obrigações com arrendamento financeiro	3.581		1.233	
Compromissos a pagar	21.562	3.499	13.278	
Em 31 de dezembro de 2013				
Fornecedores	40.429			
Empréstimos	57.071	74.401	200.896	24.549
Obrigações com arrendamento financeiro	4.763		1.725	
Compromissos a pagar	22.206	4.734	15.211	

Notas Explicativas

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2014 (Consolidadas e da Controladora) Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Análise de sensibilidade

A Deliberação CVM nº 550, de 17 de outubro de 2008 dispõe que as companhias abertas devem divulgar, em nota explicativa específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros, reconhecidos ou não como ativos ou passivos em seu balanço patrimonial.

Os instrumentos financeiros do Grupo são representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, a pagar, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 30 de junho de 2014 e 31 de março de 2014 se aproximam dos valores de mercado.

Os principais riscos atrelados às operações do Grupo estão ligados à variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

A instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, dispõe sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, em nota explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade.

Com relação aos empréstimos, referem-se a operações cujo valor registrado é próximo do valor de mercado desses instrumentos financeiros.

As aplicações com CDI estão registrados a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e os demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário e operações compromissadas, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia estava exposta na data base de 30 de junho de 2014, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base na última taxa básica de juros determinada pelo BACEN na reunião do Comitê de Política Monetária em 28 de maio de 2014 (11,00% a.a), utilizou-se esta taxa como cenário provável para o ano. A partir desta, foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a "receita financeira bruta", não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 30 de junho de 2014, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

	Risco	Cenário elevação do CDI		
		Cenário provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Operações				
Aplicações financeiras	CDI	10,90%	13,63%	16,35%
R\$ 768.034		83.716	104.645	125.574
Debêntures	CDI+1,50	12,56%	15,33%	18,10%
R\$ (202.249)		(25.410)	(31.004)	(36.597)
IFC I	CDI+1,53	12,60%	15,36%	18,13%
R\$ (42.709)		(5.380)	(6.562)	(7.743)
IFC II	CDI+1,69	12,77%	15,55%	18,32%
R\$ (21.066)		(2.691)	(3.275)	(3.859)
Posição líquida		50.235	63.804	77.375

Notas Explicativas**Estácio Participações S.A.**

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2014 (Consolidadas e da Controladora)
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Risco	Cenário queda do CDI		
		Cenário provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Operações				
Aplicações financeiras R\$ 768.034	CDI	10,90% 83.716	8,18% 62.787	5,45% 41.858
Debêntures R\$ (202.249)	CDI+1,50	12,56% (25.410)	9,80% (19.816)	7,03% (14.222)
IFC I R\$ (42.709)	CDI+1,53	12,60% (5.380)	9,83% (4.198)	7,06% (3.017)
IFC II R\$ (21.066)	CDI+1,69	12,77% (2.691)	10,00% (2.107)	7,23% (1.524)
Posição líquida		50.235	36.666	23.095

(f) Gestão de capital

A dívida da Companhia para relação do capital ao final do exercício é apresentada a seguir em dados consolidados:

	Consolidado	
	30 de junho de 2014	31 de dezembro de 2013
Total do passivo	612.056	621.009
(-) Caixa e equivalente de caixa	(19.397)	(7.132)
Dívida líquida	592.659	613.877
Patrimônio líquido	1.751.963	1.517.642
Dívida líquida sobre patrimônio	0,34	0,40

(g) Valor justo dos instrumentos financeiros

Em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, o valores contábeis dos instrumentos financeiros da Companhia se aproximam dos seus valores justos.

Os instrumentos financeiros do Grupo foram classificados como empréstimos e recebíveis ou outros passivos financeiros, com exceção dos títulos e valores mobiliários (Nota 3) classificados como títulos para negociação (Nível 2).

Notas Explicativas

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2014 (Consolidadas e da Controladora) Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pelo Grupo é o preço de transações atuais. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1. Os instrumentos incluídos no Nível 1 compreendem, principalmente, os investimentos patrimoniais do IBOVESA 50 classificados como títulos para negociação ou disponíveis para venda.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde estão disponíveis com o menor uso possível de estimativas específicas do Grupo. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 3.

(h) Compensação de instrumentos financeiros

Não há ativos e passivos financeiros relevantes sujeitos a compensações contratuais durante os período e exercício findos em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013.

20 Cobertura de seguros (não revisado)

A Companhia e suas controladas possuem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

A Companhia e suas controladas possuíam as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

	<u>Importâncias seguradas</u>	
	<u>30 de junho de 2014</u>	<u>31 de dezembro de 2013</u>
Responsabilidade civil dos diretores	80.000	80.000
Incêndio de bens do imobilizado	53.876	53.876
Responsabilidade civil	10.000	10.000
Despesa fixa	5.000	5.000
Equipamentos eletrônicos	200	200
Vida em grupo	1.214.132	353.160
Demais ramos	2.720	2.720

Notas Explicativas

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2014 (Consolidadas e da Controladora) Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21 Remuneração dos administradores

(a) Remuneração

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, é de responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores. Cabe ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores. Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 3 de abril de 2012, foi fixado o limite de remuneração global mensal dos Administradores (Conselho de Administração e Diretoria) da Companhia.

Nos períodos findos em 30 de junho de 2014 e 30 de junho de 2013, a remuneração total (salários e participação nos lucros) dos conselheiros, dos diretores e dos principais executivos da Companhia foi de R\$ 10.987 e R\$ 9.350, respectivamente, remunerações estas dentro dos limites aprovados em correspondentes Assembleias de Acionistas.

A Companhia e suas controladas não concedem benefícios pós-empregos, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para a Administração e seus empregados, exceto pelo plano de opção de compra de ações descrito na Nota 21(b).

(b) Plano de opção de compra de ações

Na Assembleia Geral Extraordinária de 12 de setembro de 2008, os acionistas aprovaram o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia ("Plano"), direcionado aos administradores, empregados e prestadores de serviço da Companhia ("beneficiários"). O Plano é administrado pelo Comitê de Administração do Plano, criado pelo Conselho de Administração especificamente para este fim em reunião realizada em 1º de julho de 2008. Compete ao Comitê, periodicamente, criar programas de opção de aquisição de ações e outorgar à listagem de Beneficiários (revisada de tempos em tempos) as opções e as regras específicas aplicáveis, sempre observadas às regras gerais do Plano ("Programa").

O Volume de opções de aquisição de ações está limitado 5% das ações representativas do capital social da Companhia na data da aprovação de cada Programa.

A opção de aquisição de ações é formalizada em contrato individual firmado entre a Companhia e cada beneficiário. Como condição para aquisição do direito à opção de compra de ações, o beneficiário deve efetuar o pagamento do valor das ações em até 30 (trinta) dias contados da subscrição ou aquisição das ações relativas ao lote incorporado e exercido. Para o 1º Programa de Opção de Compra de Ações, aprovado pelo Comitê em 15 de julho de 2008, o preço de exercício das opções será de R\$ 16,50 (dezesesseis reais e cinquenta centavos) por ação, devidamente corrigido pelo IGPM desde 11 de julho de 2008, e deduzido o valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio por ação, eventualmente pago pela Companhia, a partir da data de celebração do contrato individual com o beneficiário.

Para o 2º Programa de Opção de Compra de Ações, aprovado pelo Comitê em 20 de abril de 2010, o preço de exercício das opções será de R\$ 19,00 (dezenove reais) equivalente ao valor médio das ações dos últimos 30 (trinta) pregões na Bolsa de Valores de São Paulo anteriores à data da inclusão do beneficiário no 2º Programa, devidamente corrigido pelo IGPM desde a data da inclusão do beneficiário no 2º Programa, e deduzido o valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio por ação eventualmente pago pela Companhia a partir da data da celebração do contrato individual com o beneficiário. O Comitê poderá, quando da inclusão do beneficiário no 2º Programa, determinar que seja concedido um desconto de até 10% (dez por cento) no preço de exercício.

Notas Explicativas

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2014 (Consolidadas e da Controladora)
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 20 de dezembro de 2010 com o encerramento do 2º Programa foi aprovada a criação do 3º Programa, com o preço de emissão das ações a serem adquiridas de R\$ 23,60 (vinte e três reais e sessenta centavos), sendo que o valor será acrescido de correção monetária com base na variação do IGPM desde a data de 3 de janeiro de 2011, até a data do efetivo exercício da opção.

Em 2 de abril de 2012 com o encerramento do 3º Programa foi aprovada a criação do 4º programa, com o preço de emissão das ações a serem adquiridas de R\$ 19,00 (dezenove reais), com seu valor acrescido de correção monetária com base na variação do IGPM desde a data de 2 de abril de 2012, até a data do efetivo exercício da opção.

Em 1º de março de 2013 com o encerramento do 4º Programa foi aprovada a criação do 5º programa, com o preço de emissão das ações a serem adquiridas de R\$ 40,00 (quarenta reais), com seu valor acrescido de correção monetária com base na variação do IGPM desde a data de 1 de março de 2013, até a data do efetivo exercício da opção.

Em 02 de outubro de 2013 com o encerramento do 5º Programa foi aprovada criação do 6º programa, com o preço de emissão das ações a serem adquiridas de R\$ 15,67 (quinze reais e sessenta e sete centavos), com seu valor acrescido de correção monetária com base na variação do IGPM desde a data de 2 de outubro de 2013, até a data do efetivo exercício da opção.

Em 30 de junho de 2014 o número de opções outorgadas, dos colaboradores ativos, que foram exercidas foi de 7.214.497 ações (R\$ 17.366), sendo o total de ações outorgadas de 11.984.555 ações (R\$ 29.630).

A partir de 2013 a Companhia passou a utilizar para o cálculo do valor justo das opções de cada outorga o modelo Binomial, porém a Companhia não modificará as outorgas antigas, de acordo com as normas estabelecidas no pronunciamento CPC 10, que continuam a ser calculadas pelo modelo de Black and Scholes.

Notas Explicativas

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2014 (Consolidadas e da Controladora)
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As premissas utilizadas para cálculo de cada outorga, a partir do modelo de Black-Scholes são descritas a seguir:

Programa	Fim da Carência	Data de Vencimento	Fair Value	Preço do Ativo Base (*)	Expectativa de Volatilidade Anual	Expectativa de Dividendos	Taxa de Juros Livre de Risco	Vida Estimada (anos)	Quantidade de Opções Outorgadas	Quantidade de Opções Prescritas
Programa 1P jul/08	15/04/2009	15/04/2019	R\$ 3,35	R\$ 7,83	57,49%	0,97%	6,85%	11	727.668	521.100
	15/04/2010	15/04/2020	R\$ 4,14	R\$ 7,83	57,49%	0,97%	6,85%	12	727.626	550.176
	15/04/2011	15/04/2021	R\$ 4,68	R\$ 7,83	57,49%	0,97%	6,85%	13	727.626	564.720
	14/04/2012	14/04/2022	R\$ 5,36	R\$ 7,83	57,49%	0,97%	6,85%	14	727.626	564.720
	14/04/2013	14/04/2023	R\$ 4,70	R\$ 7,83	57,49%	0,97%	6,85%	15	727.626	564.720
Programa 1P set/08	15/04/2009	15/04/2019	R\$ 1,06	R\$ 4,68	56,00%	1,62%	8,42%	11	663.645	-
	15/04/2010	15/04/2020	R\$ 1,71	R\$ 4,68	56,00%	1,62%	8,42%	12	663.633	399.999
	15/04/2011	15/04/2021	R\$ 2,14	R\$ 4,68	56,00%	1,62%	8,42%	13	663.633	399.999
	14/04/2012	14/04/2022	R\$ 2,37	R\$ 4,68	56,00%	1,62%	8,42%	14	663.633	399.999
	14/04/2013	14/04/2023	R\$ 2,67	R\$ 4,68	56,00%	1,62%	8,42%	15	663.633	399.999
Programa 1P jan/09	15/04/2010	15/04/2020	R\$ 1,02	R\$ 4,40	63,99%	1,72%	6,83%	11	636.369	18.180
	15/04/2011	15/04/2021	R\$ 1,66	R\$ 4,40	63,99%	1,72%	6,83%	12	636.363	72.729
	14/04/2012	14/04/2022	R\$ 2,07	R\$ 4,40	63,99%	1,72%	6,83%	13	636.363	72.729
	14/04/2013	14/04/2023	R\$ 2,37	R\$ 4,40	63,99%	1,72%	6,83%	14	636.363	72.729
	14/04/2014	14/04/2024	R\$ 2,56	R\$ 4,40	63,99%	1,72%	6,83%	15	636.363	72.729
Programa 1P set/09	15/04/2010	15/04/2020	R\$ 2,37	R\$ 6,70	56,75%	1,13%	5,64%	11	174.582	-
	15/04/2011	15/04/2021	R\$ 3,10	R\$ 6,70	56,75%	1,13%	5,64%	12	174.537	32.727
	14/04/2012	14/04/2022	R\$ 3,59	R\$ 6,70	56,75%	1,13%	5,64%	13	174.537	32.727
	14/04/2013	14/04/2023	R\$ 3,99	R\$ 6,70	56,75%	1,13%	5,64%	14	174.537	32.727
	14/04/2014	14/04/2024	R\$ 4,21	R\$ 6,70	56,75%	1,13%	5,64%	15	174.537	101.814
Programa 1P jan/10	15/04/2011	15/04/2021	R\$ 3,73	R\$ 8,17	63,15%	0,93%	6,23%	11	89.115	10.914
	14/04/2012	14/04/2022	R\$ 4,55	R\$ 8,17	63,15%	0,93%	6,23%	12	89.085	38.181
	14/04/2013	14/04/2023	R\$ 5,11	R\$ 8,17	63,15%	0,93%	6,23%	13	89.085	38.181
	14/04/2014	14/04/2024	R\$ 5,53	R\$ 8,17	63,15%	0,93%	6,23%	14	89.085	52.728
	14/04/2015	14/04/2025	R\$ 5,80	R\$ 8,17	63,15%	0,93%	6,23%	15	89.085	52.728
Programa 1P mar/10	15/04/2011	15/04/2021	R\$ 3,16	R\$ 7,50	62,20%	1,01%	6,21%	11	90.909	-
	14/04/2012	14/04/2022	R\$ 3,96	R\$ 7,50	62,20%	1,01%	6,21%	12	90.909	-
	14/04/2013	14/04/2023	R\$ 4,50	R\$ 7,50	62,20%	1,01%	6,21%	13	90.909	-
	14/04/2014	14/04/2024	R\$ 4,91	R\$ 7,50	62,20%	1,01%	6,21%	14	90.909	-
	14/04/2015	14/04/2025	R\$ 5,16	R\$ 7,50	62,20%	1,01%	6,21%	15	90.909	-
Programa 2P jul/10	15/04/2011	15/04/2021	R\$ 2,05	R\$ 6,73	58,84%	1,52%	6,25%	11	129.702	39.063
	14/04/2012	14/04/2022	R\$ 2,87	R\$ 6,73	58,84%	1,52%	6,25%	12	129.684	39.063
	14/04/2013	14/04/2023	R\$ 3,40	R\$ 6,73	58,84%	1,52%	6,25%	13	129.684	48.438
	14/04/2014	14/04/2024	R\$ 3,80	R\$ 6,73	58,84%	1,52%	6,25%	14	129.684	48.438
	14/04/2015	14/04/2025	R\$ 4,04	R\$ 6,73	58,84%	1,52%	6,25%	15	129.684	48.438
Programa 2P nov/10	15/04/2011	15/04/2021	R\$ 3,36	R\$ 8,40	57,60%	1,52%	5,88%	11	12.000	-
	14/04/2012	14/04/2022	R\$ 4,22	R\$ 8,40	57,60%	1,52%	5,88%	12	12.000	-
	14/04/2013	14/04/2023	R\$ 4,80	R\$ 8,40	57,60%	1,52%	5,88%	13	12.000	-
	14/04/2014	14/04/2024	R\$ 5,24	R\$ 8,40	57,60%	1,52%	5,88%	14	12.000	-
	14/04/2015	14/04/2025	R\$ 5,52	R\$ 8,40	57,60%	1,52%	5,88%	15	12.000	-
Programa 3P jan/11	15/04/2012	15/04/2022	R\$ 2,96	R\$ 9,00	56,55%	1,14%	5,79%	11	195.861	10.170
	14/04/2013	14/04/2023	R\$ 3,99	R\$ 9,00	56,55%	1,14%	5,79%	12	195.807	35.592
	14/04/2014	14/04/2024	R\$ 4,69	R\$ 9,00	56,55%	1,14%	5,79%	13	195.807	51.072
	14/04/2015	14/04/2025	R\$ 5,22	R\$ 9,00	56,55%	1,14%	5,79%	14	195.807	51.072
	14/04/2016	14/04/2026	R\$ 5,57	R\$ 9,00	56,55%	1,14%	5,79%	15	195.807	51.072
Programa 3P abr/11	15/04/2012	15/04/2022	R\$ 2,15	R\$ 7,80	54,94%	1,32%	6,20%	11	165.324	12.717
	14/04/2013	14/04/2023	R\$ 3,13	R\$ 7,80	54,94%	1,32%	6,20%	12	165.240	45.759
	14/04/2014	14/04/2024	R\$ 3,78	R\$ 7,80	54,94%	1,32%	6,20%	13	165.240	61.011
	14/04/2015	14/04/2025	R\$ 4,28	R\$ 7,80	54,94%	1,32%	6,20%	14	165.240	61.011
	14/04/2016	14/04/2026	R\$ 4,60	R\$ 7,80	54,94%	1,32%	6,20%	15	165.240	61.011
Programa 4P abr/12	15/04/2013	15/04/2023	R\$ 1,65	R\$ 6,50	51,66%	1,65%	4,29%	11	306.000	33.000
	14/04/2014	14/04/2024	R\$ 2,34	R\$ 6,50	51,66%	1,65%	4,29%	12	306.000	42.000
	14/04/2015	14/04/2025	R\$ 2,79	R\$ 6,50	51,66%	1,65%	4,29%	13	306.000	42.000
	14/04/2016	14/04/2026	R\$ 3,13	R\$ 6,50	51,66%	1,65%	4,29%	14	306.000	42.000
	14/04/2017	14/04/2027	R\$ 3,35	R\$ 6,50	51,66%	1,65%	4,29%	15	306.000	42.000
Programa 4P jul/12	15/04/2013	15/04/2023	R\$ 2,80	R\$ 8,10	50,78%	1,23%	4,29%	11	48.000	-
	14/04/2014	14/04/2024	R\$ 3,53	R\$ 8,10	50,78%	1,23%	4,29%	12	48.000	-
	14/04/2015	14/04/2025	R\$ 4,03	R\$ 8,10	50,78%	1,23%	4,29%	13	48.000	-
	14/04/2016	14/04/2026	R\$ 4,43	R\$ 8,10	50,78%	1,23%	4,29%	14	48.000	-
	14/04/2017	14/04/2027	R\$ 4,69	R\$ 8,10	50,78%	1,23%	4,29%	15	48.000	-
Programa 4P nov/12	15/04/2014	15/04/2024	R\$ 7,19	R\$ 13,13	49,44%	0,76%	3,50%	12	15.000	-
	15/04/2015	15/04/2025	R\$ 7,76	R\$ 13,13	49,44%	0,76%	3,50%	13	15.000	-
	15/04/2016	15/04/2026	R\$ 8,24	R\$ 13,13	49,44%	0,76%	3,50%	14	15.000	-
	15/04/2017	15/04/2027	R\$ 8,67	R\$ 13,13	49,44%	0,76%	3,50%	15	15.000	-
	15/04/2018	15/04/2028	R\$ 8,96	R\$ 13,13	49,44%	0,76%	3,50%	16	15.000	-

(*) Preço de mercado nas respectivas datas das outorgas.

Notas Explicativas

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2014 (Consolidadas e da Controladora) Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As premissas utilizadas para cálculo de cada outorga, a partir do modelo de Binomial, são descritas a seguir:

Programa	Fim da Carência	Data de Vencimento	Fair Value	Preço do Ativo Base (*)	Expectativa de Volatilidade Anual	Expectativa de Dividendos	Taxa de Juros Livre de Risco	Vida Estimada (anos)	Quantidade de Opções Outorgadas	Quantidade de Opções Prescritas
Programa 4P jan/13	10/01/2014	10/01/2024	R\$ 8,50	R\$ 14,40	33,47%	0,00%	3,90%	11	160.200	7.200
	10/01/2015	10/01/2025	R\$ 8,64	R\$ 14,40	33,47%	0,00%	3,90%	12	160.200	7.200
	10/01/2016	10/01/2026	R\$ 8,79	R\$ 14,40	33,47%	0,00%	3,90%	13	160.200	7.200
	10/01/2017	10/01/2027	R\$ 8,93	R\$ 14,40	33,47%	0,00%	3,90%	14	160.200	7.200
	10/01/2018	10/01/2028	R\$ 9,07	R\$ 14,40	33,47%	0,00%	3,90%	15	160.200	7.200
Programa 5P 3	01/03/2014	01/03/2024	R\$ 8,01	R\$ 16,16	39,85%	0,00%	11,02%	11	144.000	-
	01/03/2015	01/03/2025	R\$ 8,70	R\$ 16,16	39,85%	0,00%	11,02%	12	144.000	-
	01/03/2016	01/03/2026	R\$ 9,30	R\$ 16,16	39,85%	0,00%	11,02%	13	144.000	-
	01/03/2017	01/03/2027	R\$ 9,84	R\$ 16,16	39,85%	0,00%	11,02%	14	144.000	-
	01/03/2018	01/03/2028	R\$ 10,32	R\$ 16,16	39,85%	0,00%	11,02%	15	144.000	-
Programa 6P out13	10/04/2014	10/04/2024	R\$ 6,41	R\$ 16,82	28,80%	0,00%	11,99%	11	265.000	-
	10/04/2015	10/04/2025	R\$ 7,22	R\$ 16,82	28,80%	0,00%	11,99%	12	265.000	-
	10/04/2016	10/04/2026	R\$ 7,92	R\$ 16,82	28,80%	0,00%	11,99%	13	265.000	-
	10/04/2017	10/04/2027	R\$ 8,56	R\$ 16,82	28,80%	0,00%	11,99%	14	265.000	-
	10/04/2018	10/04/2028	R\$ 9,13	R\$ 16,82	28,80%	0,00%	11,99%	15	265.000	-

(*) Preço de mercado nas respectivas datas das outorgas.

Em atendimento ao disposto no pronunciamento técnico CPC 10, os pagamentos baseados em ações que estavam em aberto em 30 de junho de 2014 foram mensurados e reconhecidos pela Companhia.

A Companhia reconhece mensalmente as opções de ações outorgadas, como reserva de capital com contrapartida no resultado, de R\$ 5.214 no semestre findo em 30 de junho de 2014 (R\$ 6.683 no exercício findo em 31 de dezembro de 2013).

Além do Plano de Opção de Compra de Ações, a Cia reconheceu em Assembleia Geral realizada em 30 de abril de 2014 a criação de um Programa Especial de Incentivo de Longo Prazo para Diretores Estatutário ("ILP"), conforme contemplado na remuneração global anual dos Administradores da Companhia. O valor da provisão do programa em 30 de junho de 2014 é de R\$ 1.212.

As variações na quantidade de opções de compra de ações em aberto e seus correspondentes preços médios ponderados do exercício estão apresentados a seguir:

Diretoria estatutária

	30 de junho de 2014		31 de dezembro de 2013	
	Preço médio de exercício por ação	Opções - milhares	Preço médio de exercício por ação	Opções - milhares
1º de janeiro	7,00	570.141	22,07	2.110.233
Transferência para CA			6,58	1.250.472
Concedidas	7,30	494.081	6,63	734.214
Exercidas	7,60	608.061	7,00	1.023.834
	8,37	454.161	7,00	570.141

Notas Explicativas**Estácio Participações S.A.**

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2014 (Consolidadas e da Controladora)
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Conselho de administração

	<u>30 de junho de 2014</u>		<u>31 de dezembro de 2013</u>	
	<u>Preço médio de exercício por ação</u>	<u>Opções - milhares</u>	<u>Preço médio de exercício por ação</u>	<u>Opções - milhares</u>
1º de janeiro	6,67	30.000	22,07	30.000
Transferência da D.E			6,58	1.250.472
Concedidas	6,61	725.454	6,32	725.454
Exercidas	6,99	755.454	6,67	1.975.926
	<u>6,79</u>	<u>0</u>	<u>6,67</u>	<u>30.000</u>

22 Resultado por ação

Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33) (aprovado pela Deliberação CVM nº 636 - Resultado por Ação), a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o lucro por ação em 30 de junho de 2014.

O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O lucro diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação.

(a) Resultado por ação básico

	<u>30/06/2014</u>	<u>30/06/2013</u>
Numerador		
Lucro líquido do período	211.741	113.305
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações em circulação	<u>296.303.317</u>	<u>292.637.834</u>
Lucro líquido por ação básico	<u>0,00071</u>	<u>0,00039</u>

Notas Explicativas**Estácio Participações S.A.****Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2014 (Consolidadas e da Controladora)**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**(b) Resultado por ação diluído**

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Numerador		
Lucro líquido do exercício	211.741	113.305
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações em circulação	296.303.317	292.637.834
Potencial incremento na quantidade de ações em função do plano de opções	<u>1.093.075</u>	<u>2.866.307</u>
Média ponderada ajustada de ações em circulação	<u>297.396.392</u>	<u>295.504.141</u>
Lucro líquido por ação diluído	<u>0,00071</u>	<u>0,00038</u>

23 Receita líquida de serviços prestados

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Receita bruta das atividades	1.615.915	1.228.785
Deduções da receita bruta	(488.583)	(371.970)
Gratuidades - bolsas de estudo	(404.016)	(320.354)
Devolução de mensalidades e taxas	(11.913)	(7.127)
Descontos concedidos	(1.850)	(2.951)
Impostos	(46.512)	(36.383)
FGEDUC	<u>(24.292)</u>	<u>(5.155)</u>
Receita líquida das atividades	<u>1.127.332</u>	<u>856.815</u>

24 Custos dos serviços prestados

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Pessoal e encargos sociais	(486.939)	(370.816)
Energia elétrica, água, gás e telefone	(14.113)	(14.733)
Aluguéis, condomínios e IPTU	(83.105)	(65.521)
Correios e Malotes	(2.417)	(1.879)
Depreciação e amortização	(28.062)	(23.456)
Material didático	(25.534)	(21.001)
Serviços de terceiros - segurança e limpeza	<u>(17.295)</u>	<u>(15.705)</u>
Custos dos serviços prestados	<u>(657.465)</u>	<u>(513.111)</u>

Notas Explicativas**Estácio Participações S.A.****Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2014 (Consolidadas e da Controladora)**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**25 Despesas por natureza**

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2014</u>	<u>2013</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa			(50.515)	(41.641)
Publicidade			(61.031)	(40.914)
Vendas e marketing			(15.875)	(13.283)
Outras			(1.926)	(3.192)
			<u>(129.347)</u>	<u>(99.030)</u>
Despesas comerciais				
Pessoal e encargos sociais	(864)	(810)	(65.333)	(59.043)
Serviços de terceiros	(1.402)	(1.050)	(29.422)	(24.349)
Aluguéis de máquinas e arrendamento mercantil			(968)	(614)
Material de consumo			(1.000)	(950)
Manutenção e reparos	(43)	(17)	(12.803)	(10.789)
Depreciação e amortização (i)	(1.380)	(1.595)	(13.050)	(12.528)
Convênios educacionais	(138)	(174)	(4.073)	(3.439)
Viagens e estadias	(63)	(55)	(4.588)	(2.465)
Condenações liquidadas	(9)	(15)	(9.078)	(5.125)
Eventos institucionais	(107)		(1.341)	(645)
Provisão para contingências			2.279	(1.999)
Cópias e encadernações			(1.375)	(826)
Seguros	(864)	(112)	(2.180)	(592)
Material de limpeza			(1.058)	(836)
Condução e transporte	(1)	(2)	(1.256)	(852)
Aluguel de veículo			(1.151)	(1.131)
Outras	(605)	(496)	(7.843)	(7.857)
	<u>(5.476)</u>	<u>(4.326)</u>	<u>(154.240)</u>	<u>(134.040)</u>
Despesas gerais e administrativas				

(i) Inclui a amortização de custos de captação no valor de R\$ 294.

26 Outras receitas operacionais

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2014</u>	<u>2013</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Receitas com convênios	859	900	1.476	1.479
Receitas de aluguéis			5.789	5.125
Intermediação de negócios				84
Outras receitas (despesas) operacionais	(1)	(54)	823	317
	<u>858</u>	<u>846</u>	<u>8.088</u>	<u>7.005</u>

Notas Explicativas**Estácio Participações S.A.****Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2014 (Consolidadas e da Controladora)****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****27 Resultado financeiro**

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2014</u>	<u>2013</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Receitas financeiras				
Multa e juros recebidos por atraso			6.977	3.245
Rendimentos de aplicações financeiras	31.425	17.196	38.588	19.567
Variação monetária ativa (i)		11	17.158	12
Outras	43	189	46	250
	<u>31.468</u>	<u>17.396</u>	<u>62.769</u>	<u>23.074</u>
Despesas financeiras				
Despesas bancárias	(1.316)	(46)	(5.227)	(3.365)
Juros e encargos financeiros	(15.284)	(11.371)	(17.035)	(12.609)
Descontos financeiros (ii)			(5.928)	(4.685)
Variação monetária passiva			(3.293)	(2.169)
Outras	(151)	(78)	(1.086)	(1.600)
	<u>(16.751)</u>	<u>(11.495)</u>	<u>(32.569)</u>	<u>(24.428)</u>

(i) Corresponde à atualização de impostos a recuperar. A variação monetária ativa apresentou um crescimento no trimestre findo em 30 de junho de 2014 quando comparada a 30 de junho de 2013, principalmente explicado pelo reconhecimento do crédito de PIS, conforme mencionado na Nota 7.

(ii) Corresponde aos descontos concedidos quando das renegociações de mensalidades em atraso.

28 Imposto de renda e contribuição social

Em conformidade com a Lei nº 11.096/2005, regulamentada pelo Decreto 5.493/2005 e normatizada pela Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 456/2004, nos termos do artigo 5º da Medida Provisória nº 213/2004, as entidades de ensino superior que aderiram ao PROUNI ficam isentas, no período de vigência do termo de adesão, dentre outros, do IRPJ e da CSLL, devendo a apuração ser baseada no lucro da exploração das atividades isentas.

Notas Explicativas**Estácio Participações S.A.**

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2014 (Consolidadas e da Controladora)
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A reconciliação dos impostos apurados, conforme alíquotas nominais, e o valor dos impostos registrados nos períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013 estão apresentados a seguir:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2014</u>	<u>2013</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	214.369	114.151	224.568	116.285
Alíquota nominal combinada de imposto de renda e da contribuição social - %	<u>34</u>	<u>34</u>	<u>34</u>	<u>34</u>
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(72.885)	(38.811)	(76.353)	(39.537)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva				
Ajustes da Lei 11.638/2007			(1.907)	(1.041)
Equivalência patrimonial	69.452	37.988		
Amortização de Ágio	(28)		387	
Despesas não dedutíveis (a)	(342)	(402)	(1.207)	(1.128)
Prejuízo fiscal	1.143	368	1.143	(914)
Despesas com desmobilização			(58)	(246)
Ajustes iniciais para adoção de novas práticas				
Provisão para contingências			780	(679)
Reversão de PDD não dedutível e mensalidades a cancelar (b)			(1.733)	288
Reversões de provisões administrativas				
Lei Rouanet			32	
Outras	<u>32</u>	<u>11</u>	<u>(478)</u>	<u>341</u>
	(2.628)	(846)	(79.394)	(42.916)
Benefício fiscal lucro da exploração - PROUNI			<u>65.909</u>	<u>39.463</u>
Imposto de renda e contribuição Social correntes no resultado do exercício	<u>(2.628)</u>	<u>(846)</u>	<u>(13.485)</u>	<u>(3.453)</u>
Alíquota efetiva - %	<u>(1,23)</u>	<u>(0,74)</u>	<u>(6,00)</u>	<u>(2,97)</u>

(a) Refere-se basicamente a despesa de patrocínios, doações e brindes.

(b) Valor de PDD não dedutível se refere aos alunos com carnês em abertos vencidos a mais de 180 dias, e a provisão para cancelamento de boletos de mensalidades.

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2014</u>	<u>2013</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Imposto de renda e contribuição Social correntes	(2.628)	(846)	(13.485)	(3.090)
Imposto de renda e contribuição social diferidos			658	(363)
Imposto de renda e contribuição social de exercícios anteriores				<u>473</u>
	<u>(2.628)</u>	<u>(846)</u>	<u>(12.827)</u>	<u>(2.980)</u>

Notas Explicativas**Estácio Participações S.A.****Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2014 (Consolidadas e da Controladora)****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Em 30 de junho de 2014 as controladas SESES e IREP possuem crédito tributário diferido decorrente das diferenças temporárias no montante de R\$ 8.904. A composição de efeito tributário sobre as adições temporárias que deram origem a contabilização do mencionado crédito encontra-se resumida a seguir:

	30 de junho de 2014	31 de dezembro de 2013
Provisão para contingências	10.528	11.532
Mensalidades a cancelar	(222)	2.273
Provisão para desmobilização	3.480	3.424
Amortização ágio	(6.112)	(8.596)
Provisão Risco Fies	654	
Opções Outorgadas Reconhecidas	1.771	
Atualização de Desmobilização	227	
Fundo de Comércio	(1.862)	
Provisão de ILP a Funcionários	412	
	<u>8.876</u>	<u>8.633</u>
Ativo	16.850	16.999
Passivo	<u>(7.974)</u>	<u>(8.366)</u>
	<u>8.876</u>	<u>8.633</u>

A realização do crédito tributário diferido sobre diferenças temporárias contabilizada em 30 de junho de 2014 está vinculada a realização da provisão que deu origem ao mencionado crédito. Consequentemente não apresentamos a expectativa de realização anualmente já que a administração da Companhia não tem elementos para prever a realização da provisão para contingência e provisão para desmobilização.

Em 30 de junho de 2014 a controlada IREP possui Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos passivos no montante de R\$ 6.342 decorrentes da amortização fiscal do ágio gerado na aquisição das empresas por ela incorporada.

Em 30 de junho de 2014 a Companhia possui créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social no montante de R\$ 13.188 (R\$ 14.332 em 31 de dezembro de 2013) ainda não registrados contabilmente, por não ser possível afirmar se sua realização é, presentemente, considerada provável.

Com o advento da Lei 12.973/2014, que introduziu modificações nas regras tributárias e eliminando o Regime de Transição Tributária – RTT, a Companhia e suas controladas, apoiada pelos seus assessores tributários, analisaram os dispositivos da referida Lei, as implicações na opção antecipada e os impactos que poderiam gerar sobre as informações contábeis intermediárias para o trimestre findo em 30 de junho de 2014, concluindo que não há efeitos materiais sobre essas informações contábeis intermediárias.

A Companhia e suas controladas aguardam o desfecho de prováveis alterações parlamentares a serem introduzidas à MP para decidir a opção fiscal para o exercício de 2015. Esta análise deverá ser revisada pela Administração quando promulgada a lei, uma vez que poderão existir ajustes ou alterações em sua redação final.

Notas Explicativas

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2014 (Consolidadas e da Controladora) Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

29 Outras informações

- (a) Contas a compensar - Sistema FIES, no ativo circulante, referem-se a valores disponíveis do programa de Financiamento Estudantil para posterior compensação com tributos federais ou, em caso de opção, realização em caixa.
- (b) Mensalidades recebidas antecipadamente, no passivo circulante, referem-se a valores recebidos antecipadamente de alunos em troca de descontos. São apropriados no resultado mediante a prestação do serviço ao aluno pela Companhia.
- (c) Provisão para desmobilização de ativos, no passivo não circulante, são gastos a serem incorridos com a desmobilização de unidades de ensino alugadas para recuperá-las ou colocá-las nas suas características originais, anteriores ao início do aluguel. Esse montante é calculado por engenheiros e levam em consideração os termos dos contratos de aluguel.

30 Eventos subsequentes

Em 01 de julho de 2014, a Estácio adquiriu, através da sua controlada indireta Sociedade Educacional Atual da Amazônia Ltda. (“ATUAL”), a totalidade das quotas da Organização Paraense Educacional e de Empreendimentos Ltda. (ORPES), mantenedora do Instituto de Estudos Superiores da Amazônia – IESAM (“IESAM”), instituição com sede e campus na cidade de Belém, estado do Pará.

O valor do investimento total no IESAM foi de R\$80.000.000,00 (oitenta milhões), sendo: i) R\$ 38.000.000,00 (trinta e oito milhões) pela totalidade das quotas de emissão do IESAM a ser pago parte em recursos financeiros e parte através de assunção de dívidas e obrigações em geral; e ii) R\$ 42.000.000,00 (quarenta e dois milhões) correspondentes aos imóveis operacionais de propriedade do IESAM.

O IESAM foi fundado em 2000 e possui aproximadamente 4.500 alunos, 15.440 vagas totais e 130 professores alocados em 01 campus, contando em seu portfólio 23 cursos superiores e 18 de pós-graduação, além de cursos de extensão e cursos livres. O ticket médio líquido de seus cursos é de aproximadamente R\$680,00. Em 2012, a instituição foi avaliada pelo MEC, que emitiu Índice Geral de Cursos (IGC) 3, numa escala de 1 a 5. A consolidação das atividades em Belém possibilitará a expansão da Companhia em um mercado em que já atua, tornando-se, assim, uma das maiores instituições de ensino superior privado do estado. Além disso, complementa a oferta de um portfólio de cursos que agora cobre todos os principais segmentos com alta demanda pelo mercado de trabalho, com enfoque especial para cursos da área de engenharia e gestão. Por fim, a operação na cidade permitirá a exploração de ganhos importantes de qualidade acadêmica, eficiência e escala.

Em 01 de julho de 2014, a Estácio Participações S.A, em cumprimento ao disposto no parágrafo 4º do Art. 157 da Lei nº 6.404/76 e na Instrução CVM 358/02 e alterações posteriores, informa ao mercado e ao público em geral que em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 01/07/2014, foi aprovada a aquisição, pela Companhia, da Uniseb Holding S.A. (“UNISEB Holding”).

O valor da aquisição foi de aproximadamente R\$ 615.318, sujeito aos ajustes de preço previstos no contrato, a ser pago da seguinte forma: 50% em dinheiro e 50% por meio da entrega de ações de emissão da companhia aos vendedores, após incorporação da TCA pela Companhia.

Com a aquisição da UNISEB Holding, a Estácio passa a ser a controladora direta da UNISEB União dos Cursos Superiores SEB Ltda., mantenedora do Centro Universitário UNISEB.

* * *

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório dos auditores independentes

sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas

Estácio Participações S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Estácio Participações S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três e seis meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações

intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações

intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2014, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 07 de agosto de 2014

PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes

CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ

Claudia Eliza Medeiros de Miranda

Contadora CRC 1RJ087128/O-0

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS RELATIVAS AO 2º TRIMESTRE DE 2014

Realizada a apresentação das Informações Trimestrais relativas ao 2º trimestre de 2014 pela administração da Companhia e com fundamento no parecer dos Auditores Externos PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, os membros do Conselho Fiscal, no uso de suas atribuições legais, consoante as disposições do artigo 163 da Lei nº. 6.404/76, manifestaram-se favoravelmente às informações trimestrais findas em 30 de junho de 2014. Sendo de parecer que as Demonstrações Financeiras refletem integralmente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia e suas controladas em 30 de junho de 2014.

Rio de Janeiro, 06 de agosto de 2014.

Pedro Wagner Pereira Coelho

Membro efetivo

Rodrigo Magela Pereira

Membro efetivo

Alexei Ribeiro Nunes

Membro suplente

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Estácio Participações

Declaração da Diretoria Executiva

Em cumprimento ao art. 25, V e VII inc. da Instrução CVM 480/2009, os membros da Diretoria Executiva da Estácio Participações S.A. declaram, por unanimidade e sem dissidências, que reviram, discutiram e concordam com o conteúdo das Demonstrações Financeiras da Companhia e com as opiniões expressas no parecer emitido, sem ressalvas, pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, ambos relativos ao exercício social findo em 30 de junho de 2014.

Rio de Janeiro, 07 de agosto de 2014.

Rogério Frota Melzi,

Virgílio Deloy Capobianco Gibbon,

Marcos de Oliveira Lemos,

Pedro Jorge Guterres Quintans Graça,

Miguel Filisbino Pereira de Paula,

Gilberto Teixeira de Castro e

João Luis Tenreiro Barroso.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Estácio Participações

Declaração da Diretoria Executiva

Em cumprimento ao art. 25, V e VII inc. da Instrução CVM 480/2009, os membros da Diretoria Executiva da Estácio Participações S.A. declaram, por unanimidade e sem dissidências, que reviram, discutiram e concordam com o conteúdo das Demonstrações Financeiras da Companhia e com as opiniões expressas no parecer emitido, sem ressalvas, pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, ambos relativos as informações intermediárias de 30 de junho de 2014.

Rio de Janeiro, 07 de agosto de 2014.

Rogério Frota Melzi,

Virgílio Deloy Capobianco Gibbon,

Marcos de Oliveira Lemos,

Pedro Jorge Guterres Quintans Graça,

Miguel Filisbino Pereira de Paula,

Gilberto Teixeira de Castro e

João Luis Tenreiro Barroso.